



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

Daniel Ribeiro da Cruz
Graduado em Letras – Uni-FACEF
danielribeiro@gmail.com

Rafaela Gonçalves Ulian
Graduada em Letras – Uni-FACEF
rafagu486@gmail.com

Robson Faleiros Ribeiro
Graduado em Letras – Uni-FACEF
robsonfaleiros0609@yahoo.com.br

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – Uni-FACEF
sheilafacef@gmail.com

Resumo

O Enem – Exame Nacional do Ensino Médio – avalia o desempenho integral do estudante da educação básica. Trata-se de uma prova relevante, porque o bom desempenho possibilita o ingresso em instituições de ensino superior federal e, muitas vezes, particulares, porque financia o curso do estudante, por meio do Financiamento Estudantil – FIES. O estudante do ensino médio tem como objetivo, na prova do Enem, principalmente, alcançar a nota 1000, na prova de redação, que, geralmente, tem sido do tipo dissertativo-argumentativa. Além de saber escrever bem, é preciso entender sobre a Retórica, teoria proposta por Aristóteles, utilizar argumentos e pressupostos, expor posicionamentos, através de propostas que solucionem o problema apresentado na prova de redação, sem desprezar os direitos humanos. Diante do contexto, o objetivo geral do estudo é analisar os argumentos de dez propostas de intervenções de redações do ENEM (2009-2018), a fim de verificar como colaboraram para o desempenho de nota mil. Para atender à proposta, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: teorizar sobre redação e produção textual, assim sobre avaliação e avaliação de textos, a partir de teóricas sobre a Retórica e a Argumentação. Também, contextualizar sobre Exame Nacional do Ensino Médio e, por fim, analisar dez propostas de intervenção de redações nota 1000, dos anos de 2009 a 2018. Quanto aos procedimentos metodológicos, apresentam-se discussões teóricas e acadêmicas, com subsídios em Hoffmann (2011), Ferreira (2018) e Perrenoud (2002), dentre outros. Também foi feito um estudo sobre o histórico do ENEM, conforme o *Instituto Nacional de Pesquisas em Educação* (INEP) (2020). O corpus da pesquisa foi composto por dez propostas de intervenção de dez redações nota mil, do período de dez anos. Observa-se que os candidatos bem-sucedidos conhecem a estrutura do texto solicitado, sabem selecionar e organizar informações, dominam a norma padrão e demonstram respeito aos direitos humanos. Também fica evidente que conhecem as matrizes de referência da prova, são leitores experientes e capacitados para a escrita de produções textuais.

Palavras-chave: Retórica. Argumentação. ENEM. Avaliação. Propostas de intervenção.

Abstract

ENEM - National High School Exam - assesses the integral performance of students in basic education. This is a relevant test, because good performance makes it possible to enter federal higher education institutions and, often, private ones, because it finances the student's course through Student Financing - FIES. The objective of the high school student, in the Enem test, is mainly to reach the grade 1000, in the essay test, which, generally, has been of the argumentative- argumentative type. In addition to knowing how to write well, it is necessary to understand Rhetoric, a theory proposed by Aristotle, to use arguments and assumptions, to expose positions, through proposals that solve the problem presented in the essay test, without disrespecting human rights. In view of the context, the general objective of the study is to analyze the arguments of ten proposals for newsroom interventions by ENEM (2009-2018), in order to verify how they contributed to the performance of grade one thousand. To meet the proposal, the following specific objectives were elaborated: to theorize about writing and textual production, as well as the evaluation and evaluation of texts, based on theories on Rhetoric and Argumentation. Also, contextualize the National High School Exam and, finally, analyze ten proposals for intervention of grade 1000 essays, from the years 2009 to 2018. As for the methodological procedures, theoretical and academic discussions are presented, with subsidies in Hoffmann (2011), Ferreira (2018) and Perrenoud (2002), among others. A study was also carried out on the history of ENEM, according to the National Institute for Research in Education (INEP) (2020). The research corpus was composed of ten intervention proposals from ten thousand note essays, over the ten-year period. It is observed that successful candidates know the structure of the requested text, know how to select and organize information, master the standard norm and show respect for human rights. It is also evident that they know the reference matrices of the test, they are experienced and trained readers for writing textual productions.

Keywords: Rhetoric. Argumentation. ENEM. Essay evaluation. Intervention proposals.

Submissão: 22/10/2020 **Aprovação:** 06/11/2020.

1 Introdução

A relevância da prova de redação no Exame Nacional do Ensino Médio– ENEM – despertou o interesse dos pesquisadores do presente estudo, por causa do impacto produzido pelo resultado, na vida de jovens que desejam ingressar na vida universitária. Como existia a necessidade do recorte do tema, selecionou-se, para a análise, especificamente, a proposta de intervenção, que deve concluir o texto da redação.

Ao que parece, todos que já tiveram uma experiência com o ENEM entendem que, para obter uma redação nota 1000, é necessário não fugir ao tema, dominar a norma padrão da Língua Portuguesa, entre outros critérios. Além disso, o candidato deve apresentar uma intervenção possível de ser concretizada, que não fira os direitos humanos.

Dessa forma, para produzir um texto que seja bem avaliado, deve-se

levar em conta etapas que façam com que o resultado apresente o entendimento do assunto solicitado, de forma coerente e coesa, considerando, essencialmente, a capacidade de argumentação do estudante.

Diante da problematização, o objetivo geral do estudo é analisar os argumentos de dez propostas de intervenções de redações do ENEM (2009-2018), a fim de verificar como colaboraram para o desempenho de nota mil. É importante ressaltar que, através dessas propostas, é possível identificar as opiniões, os valores e os posicionamentos dos participantes, ou seja, através das redações do Enem, pode-se reconhecer o posicionamento de jovens sobre questões sociais, econômicas, culturais, etc., e as formas de olhar para o mundo.

Com a finalidade de cumprir a proposta geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: teorizar sobre redação e produção textual, assim sobre avaliação e avaliação de textos, a partir de teóricas sobre a Retórica e a Argumentação; também, contextualizar sobre Exame Nacional do Ensino Médio e; por fim, analisar dez propostas de intervenção de redações nota 1000, dos anos de 2009 a 2018.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram estabelecidos dois caminhos complementares: uma pesquisa bibliográfica e documental e, em seguida, a análise de um corpus.

Em relação à pesquisa bibliográfica e documental, foram estudados conceitos sobre Retórica e Argumentação e, delas, as questões relacionadas à persuasão, premissas, *logos*, *pathos* e *ethos*, em perspectiva aristotélica. Também foram realizadas discussões sobre avaliação escolar e avaliações de redações, competências em escrita, com base em Hoffmann (2011), Ferreira (2018) e Perrenoud (2002), dentre outros. As matrizes de referência das provas do ENEM foram apresentadas, após análises do site do *Instituto Nacional Pesquisas em Educação* (INEP) (2020) e caracterizam uma pesquisa documental.

Estabelecidas as balizas teóricas, acadêmicas e documentais, foi selecionado e composto um corpus, formado por dez propostas de intervenção, retiradas de dez redações do ENEM (2009-2018), período escolhido como forma de observar as tendências do Exame.

As análises levaram em conta o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, elementos da teoria aristotélica, para conhecer quem é o auditório, o orador e o discurso que devem ser apresentados na redação. Para tanto, foram criadas três categorias de análise e verificadas as coerências com as propostas de redação e que permitem que o candidato atenda às matrizes de referência do ENEM e receba a nota mil.

Verifica-se que o candidato que se capacita, para a leitura dos textos motivadores, sabe estruturar um texto dissertativo-argumentativo, conseqüentemente, tem domínio da língua portuguesa e consegue ler o mundo. Seguramente, sua proposta de intervenção será lógica e racional, definindo atores sociais e formas de soluções de problemas.

Assim, a presente investigação tem relevância social para estudantes do ensino médio, assim como para os docentes deste nível de ensino, porque fica evidente que o conhecimento de teorias linguísticas e das regras que permeiam o Exame deixam candidatos em lugar de destaque e com possibilidades de bom desempenho.

2 A construção de argumentos: a defesa de uma tese

O objetivo do capítulo é discutir concepções, formas de produção e efeitos de sentidos produzidos por discursos e pelos argumentos que os constituem, passando, brevemente, pelas perspectivas teóricas da Retórica e da Pragmática, especialmente, nos vértices sobre a argumentação.

A defesa de uma tese é um elemento necessário para a significação e para a relevância de um discurso, especialmente na construção de argumentos. Para a melhor compreensão em relação às argumentações, faz-se necessário estabelecer os conceitos de Retórica e persuasão:

A retórica tem, para Aristóteles, algo de ciência, ou seja, é um corpus com determinado objeto e um método verificativo dos passos seguidos para se produzir a persuasão. Assim sendo, caberia à retórica não assumir uma atitude ética, dado que seu objetivo não é o de saber se algo é ou não verdadeiro, mas sim analítica cabe a ela verificar quais os mecanismos utilizados para se fazer algo ganhar a dimensão de verdade (CITELLI, 2002, p. 9-10).

A retórica não explora o conteúdo que está sendo dito, mas sim como ele está sendo dito, por essa razão a ética não se enquadra no objeto retórica.

Com o passar dos séculos, a retórica foi tendo alteradas suas funções. Daquela preocupação com as técnicas organizacionais do discurso e com a persuasão, o que se irá assistir, particularmente no final do século XIX, e a uma vinculação da retórica com a ideia de embelezamento do texto (CITELLI, 2002, p. 14).

As mudanças referentes à retórica implicaram sobre ela um olhar negativo, interpretando-a como vazia de sentido, contemplando a forma em detrimento do conteúdo.

Entretanto, a retórica moderna vem transformando os objetivos dos estudos dessa ciência, deixando para trás a veemente preocupação acerca da ornamentação textual. “Ou seja, reaparece aquele tópico que deseja estudar a organização discursiva, a fim de apreender os procedimentos que permitem ligar a adesão de um ponto de vista àquelas ideias que lhes são apresentadas” (CITELLI, 2002, p. 17).

Assim como citado anteriormente, a retórica pode indicar o caminho da construção da persuasão, em que, retórica e persuasão não são a mesma coisa.

Persuadir, antes de mais nada, é sinônimo de submeter, daí sua vertente autoritária. Quem persuade leva o outro à aceitação de uma dada ideia. É aquele irônico conselho que está embutido na própria etimologia da palavra: per + suadere = aconselhar. Essa exortação possui um conteúdo que deseja ser verdadeiro: alguém “aconselha” outra pessoa acerca da procedência daquilo que está sendo enunciado (CITELLI, 2002, p. 13).

O objetivo maior da persuasão é gerar o convencimento, e para que isso seja alcançado, é preciso passar pelo processo de aconselhamento. O conselho, quase sempre, é associado à ajuda, ao auxílio, entretanto, ele é um componente no movimento de persuasão, pois, ao aconselhar, nada é imposto, apenas proposto, gerando uma abertura maior ao alvo do convencimento. “Perelman (1970) – filósofo e jurista – ressalta que a argumentação visa a provocar ou a incrementar a “adesão dos espíritos” às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto,

REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

como um ato de persuasão” (KOCH, 1983, p. 8).

A persuasão se faz presente quando, a partir da construção textual que contenha recursos emocionais ou simbólicos, pretende levar o seu receptor a realizar ou aceitar uma ação, atitude ou ideia. O ato de persuadir procura atingir a vontade, o sentimento do interlocutor por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis. Tem caráter ideológico, subjetivo ou temporal. A persuasão pode levar um auditório à aceitação de suas ideias, opiniões, mesmo que carregadas de ideologia ou posições próprias com os argumentos apresentados.

Assim, se trouxermos Koch (1983, p. 8), observaremos que:

O ato de persuadir [...] procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis e verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um “auditório particular”.

Nesse sentido, a persuasão apela ao coração, às emoções, aos aspectos sentimentais do indivíduo.

Já no convencimento, a condução às certezas está presente, por um raciocínio lógico, objetivo, possuindo uma característica demonstrativa:

O ato de convencer se dirige unicamente à razão, através de um raciocínio lógico e por meio de provas objetivas, sendo assim, capaz de atingir um auditório universal, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal (as conclusões decorrem naturalmente das premissas, como ocorre no raciocínio matemático) (KOCH, 1983, p. 8).

O convencimento escolhe seus argumentos mais direcionados a cumprir os objetivos da mensagem, pode ser baseado em um saber ou crença. O objetivo da persuasão e do convencimento não é a eliminação de um ou de outro, eles devem se completar, tendo um enfoque determinado, a partir de objetivos do emissor da mensagem para com seu público.

Semelhante à retórica, a persuasão também não precisa se relacionar com a verdade, mas possui a necessidade de associar-se à verossimilhança:

Verossímil é, pois, aquilo que se constitui em verdade a partir de sua própria lógica. Daí a necessidade, para se construir o “efeito de verdade”, da existência de argumentos, provas, perorações, exórdios, conforme certas proposições já formuladas por Aristóteles na *Arte retórica*. Persuadir não é apenas sinônimo de enganar, mas também o resultado de certa organização do discurso que o constitui como verdadeiro para o receptor (CITELLI, 2002, p. 14).

A retórica Aristotélica, a primeira a ser pensada, elege três pilares fundamentais: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. O *Logos* está ligado à lógica, ao raciocínio que o orador utiliza para convencer o seu público, ligado ao discurso. Já o *Pathos* está conectado ao lado emotivo, que também é usado para o convencimento e está articulado com o auditório. Por fim, o *Ethos* é a relação que o orador tem com o auditório, a sua credibilidade e identificação são essenciais para que seu ouvinte seja persuadido, focando o orador.

2.1 Argumentatividade, discurso deliberativo e premissas

Em Aristóteles ([s. d.]), todo tipo de discurso pode ser constituído através de princípios, e quando se trata de convencer alguém com um discurso, devemos pensar em argumentos estruturados. Entende-se, por meio da argumentação, que o locutor deve usar, como artifício, o convencimento. Os estudos sobre argumentação remontam à antiguidade clássica, na retórica aristotélica.

Cabe também à relatividade da argumentação, referindo-se ao princípio básico do discurso e entender que um argumento é capaz de causar reação e interação nos interlocutores (MOSCA, 2001). É possível entender que cada época tem ocorrência de fatos, e com isso, todos são capazes de, através desses fatos, interpretar e comunicar-se.

Partindo-se do princípio de que a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva, tem-se também como básico o fato de que argumentar significa considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas (MOSCA, 2001, p. 17).

Na verdade, o envolvimento não é unilateral, tendo-se uma verdadeira arena em que os interesses se entrecrocaram, quando o clima é de negociação, e em que prevalece o anseio de influência e de poder (MOSCA, 2001, p. 17).

Entre os estudos da Retórica, um dos pontos a serem estudados com muita assertividade é o gênero do discurso. Nele, encontram-se vários tipos de discurso (MOSCA, 2001). O que mais se aproxima do discurso relacionado à elaboração da proposta de redação do Enem, objeto de estudo da investigação, é o discurso deliberativo. Como conceito, o discurso deliberativo tem relação com a coletividade, com o âmbito social, tratando de sua totalidade relacionada ao benefício público. Nesse sentido, o discurso deliberativo trata de questões ligadas à coletividade e à polis em sua totalidade, quanto a sua administração e as decisões a serem tomadas em benefício público (MOSCA, 2001). Portanto, o discurso deliberativo está atribuído à finalidade de aconselhar e desaconselhar, ocorrendo em um tempo futuro, cujo auditório contempla tipos de argumentação que remontam um caráter indutivo em que o interlocutor avalia sua construção e analisa se será útil ou prejudicial (MOSCA, 2001).

A Retórica propõe estudos sobre discursos argumentativos e para construí-los, é preciso elaborar no discurso, segundo Aristóteles, argumentos que transpareçam lógica da verdade; assim, é necessário salientar que, para a produção do discurso, é preciso pensar em dois tipos de raciocínios: um argumentativo, outro demonstrativo. No discurso argumentativo, é necessário destacar a verossimilhança das premissas com um determinado contexto. Enquanto o discurso demonstrativo propõe que sejam verdadeiras, ou seja, necessárias e permanentes, cabe ao discurso argumentativo que sejam verossímeis, logo na argumentação do discurso devem ser constatados como prováveis e controversos. Para entender melhor este conceito, Mauro define:

Essa divisão vem distinguir, assim, campos preferenciais de aplicação desses modos de raciocinar: a demonstração, no interior dos sistemas formais construídos pelos lógicos, mediante a elaboração de uma linguagem artificial e unívoca; a argumentação, no universo dos discursos construídos em linguagem natural e polissêmica, em situações de debate, de decisão e escolha (MAURO, 2001 apud PERELMAN; TYTECA, 1996, p.183-184).

A definição de uma premissa, citada anteriormente, ocorre, nos discursos, levando em conta o auditório. O que se constrói, nesse tipo de discurso, é a tentativa de que esse auditório seja convencido pelo locutor. A principal forma do locutor de convencer é utilizar meios de argumentação que contenham caráter de opiniões baseados nas linhas de pensamentos do auditório. Assim, o raciocínio crítico do interlocutor ocorre, transpondo a reflexão e conduzindo o discurso aos meios de comunicação que abrem caminhos, para que a sociedade possa discutir, argumentar, deliberar e implementar as ideias do locutor, abrindo espaço para essa interdiscursividade.

2.2 Discurso e argumentação

Os símbolos são os mediadores que o homem utiliza para se relacionar com a natureza e com seus semelhantes. Já a interação social exercida pela língua caracteriza-se pela argumentação, ou seja, o homem avalia, critica, julga e forma juízos de valor. O discurso, por sua vez, pode ocasionar mudanças no comportamento, para que assim compartilhe as opiniões do orador. Por mais que um discurso proponha-se à neutralidade, também traz consigo sua ideologia (KOCH, 1983).

A Pragmática, com origem nos estudos de retórica clássica, fez com que o estudo do discurso voltasse a ocupar um lugar central nas pesquisas sobre linguagem, ao passo em que a enunciação incorpora os estudos dos enunciados linguísticos, dando origem à Teoria da Enunciação.

O discurso verbal bem estruturado deve conter, implícitos ou explícitos todos os elementos necessários a sua compreensão, deve obedecer as condições de progresso e coerência, para por si só, produzir comunicação: em outras palavras, deve constituir um texto (KOCH, 1983, p.9).

Um texto não pode ser uma somatória de frases, deve produzir um encadeamento de ideias, intenções e unidades linguísticas, estrutura estabelecida pela enunciação. O texto passa a ter uma organização de sentido, produzindo valor de uma mensagem completa sobre um determinado contexto estabelecido. A intencionalidade na produção da linguagem se faz no momento da construção de um determinado enunciado, levando em conta sua intenção transposta pelo arranjo textual escolhido, para que possa gerar o entendimento desejado.

A comunicação nem sempre é apresentada de uma maneira transparente ou simplesmente com a intenção de trazer informação, há na comunicação o uso frequente do “blefe”, da “ironia” ou da “alusão”. Koch (1983) diz que o subentendido é construído como uma explicação da enunciação, em que o locutor apresenta seus atos de linguagem como um enigma a ser decifrado.

Ao dizer que ele dá as suas palavras um dado sentido, deve-se entender que ele orienta a interpretação para uma certa leitura. Mas ele tem sempre a possibilidade de renegá-la em seguida ou fingir que a renega -- daí a denominação de implícito relativo (KOCH, 1983, p. 13).

Os termos explícitos podem ter seu conteúdo questionado como

contraditório, dependendo do momento em que for dito, por exemplo, na enunciação da frase: “O dia está chuvoso”. Já os termos implícitos abrangem uma área mais ampla, podendo ser implícito baseado na enunciação, implícito baseado no enunciado ou implícito do enunciado. Cada ato de linguagem é constituído pelo ato de falar, dizer e mostrar. O *falar* caracteriza-se na produção de frases, levando em consideração a capacidade do falante de combinar signos de uma dada língua. O *dizer*, como a produção de enunciados, estabelece relação entre uma sequência de sons e um estado de coisas. O *mostrar* está ligado à enunciação, ou seja, a partir dela, o enunciado passa a ter sentido, incorporando o processo de significação e mostrando a direção do discurso do enunciado.

Por fim, pode-se afirmar que a construção dos argumentos, para a composição de um discurso, perpassa pelo conhecimento em relação ao auditório, das próprias formas de construção do discurso e da força emocional ou racional que deve ser imposta nos argumentos, lembrando sempre que o discurso sempre estará permeado de intencionalidades.

3 Avaliação da escrita escolar

O principal objetivo deste capítulo é discorrer, a partir dos estudos de Hoffman (1996; 2005), Perrenoud (2002) e Luckesi (1996), sobre a função da avaliação escolar, incluindo as polêmicas em torno da atividade pedagógica e também as diferentes possibilidades de aplicação da mesma. A reestruturação do processo avaliativo também é apresentada, a partir da avaliação mediadora, tratada por Hoffmann (2005).

3.1 Sobre a avaliação escolar

O que é a avaliação? Qual é o seu sentido? Qual é o seu objetivo? Qual é a sua importância? Essas são algumas das inúmeras dúvidas que surgem, ao tratarmos de avaliação. O principal sentido de avaliar, na escola, perdeu a identidade, o que os alunos e alguns profissionais da educação conseguem verificar é o julgamento, a partir de números, levando à crença de que a avaliação é algo terrível e, por isso, temível.

A con convicção está amparada nas experiências vividas pelos professores na educação tradicional, quando as provas, notas, reprovação e aprovação eram o que classificava os estudantes como bons ou ruins.

A resignificação da avaliação precisa ser construída a partir da reflexão das experiências e dúvidas que surgem no cotidiano da sala de aula, formando, assim, a consciência da indissociabilidade da educação e da avaliação, exigindo do professor a dedicação e o aprofundamento em teorias científicas do conhecimento. “Educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente” (GADOTTI, 1984, p. 90).

A responsabilidade resultante da compreensão equivocada está, em parte, atribuída ao sistema educacional brasileiro, que exige das escolas e, conseqüentemente, dos docentes resultados classificatórios, fazendo com que estes dissociem a educação do ato de avaliar e desconsiderem a importância do desenvolvimento dos estudantes cotidianamente. Em razão disso, além da orientação e capacitação de cada profissional, faz-se necessário que as instituições de ensino se

unam em um consenso para que haja mudanças na burocracia do sistema educacional.

Atualmente, ao que parece, apesar de muitos professores defenderem a ideia da reestruturação acerca do processo avaliativo, é possível que a maioria, pela ausência de diretrizes ou pela presença da comodidade, ainda aplique “provas” no final de cada bimestre ou semestre, objetivando classificações. A contradição faz com que a questão da avaliação se torne mais complexa. Portanto, para que as práticas habituais sejam modificadas, é preciso que o assunto avaliação ultrapasse os limites escolares e alcance toda a sociedade.

A razão pela qual o tema é tão discutido está no aprendizado do estudante, enquanto indivíduo constituinte de uma sociedade e também da relação que constrói com o professor. O processo avaliativo enquanto julgamentos, classificações e comparações, ou seja, na abordagem tradicional, estabelece entre o aluno e o docente uma relação vertical, na qual o professor desempenha a função de juiz, pois está acima de todos, julgando comportamentos, notas e decretando quem merece ou não ser aprovado. A conduta resulta em insegurança e desinteresse, por parte dos estudantes, dificultando e até impossibilitando o processo de aprendizagem. As mudanças nos procedimentos avaliativos são capazes de transformar o professor em mediador do conhecimento, aperfeiçoando, então, a relação professor-aluno e, conseqüentemente, o desenvolvimento do estudante.

De acordo com Hoffman (2005), um dos maiores equívocos, quando o assunto é avaliação, está relacionado ao ato de medir. Para a ciência, nem tudo pode ser medido, por falta de recursos ou por não comportar uma exatidão numérica. Contudo, muitos professores adotam a medida em todas as tarefas escolares, seja ela mensurável, como a frequência do aluno, ou imensurável, como a participação e o comprometimento dele. A arbitrariedade, ao estabelecer pontos e notas, também é um problema para a educação, pois a estipulação dos resultados numéricos, geralmente, é feita pelo método comparativo, ou seja, o professor compara os trabalhos feitos para atribuir notas, provocando, assim, uma disputa entre os estudantes que pode ser desmotivadora e inadequada.

Luckesi (1996) traz uma reflexão sobre a “Avaliação da aprendizagem escolar”, em que reuniu um conjunto de artigos publicados ao longo de sua trajetória como profissional da educação. Luckesi (1996) diz que o aluno, desde o primeiro momento, ao iniciar o ano letivo, preocupa-se apenas em saber como poderá ser promovido, levando em conta apenas a nota que venha a obter para concluir as pontuações exigidas sem se preocupar com os caminhos transcorridos para chegar ao resultado (conteúdo e reflexões):

Durante o ano letivo as notas vão sendo observadas, médias vão sendo obtidas. O que predomina é a nota: não importa como essas foram obtidas nem por quais caminhos. São operadas e manipuladas como se nada tivessem a ver com o percurso ativo do processo de aprendizagem (LUCKESI, 1996, p.18).

Luckesi (1996) afirma que o professor deve observar para não fazer da “prova” uma maneira de torturar ou ameaçar os alunos. Mesmo desfrutando-se de métodos que utilizam preparações e desenvolvimentos de técnicas de aprendizagem, alguns professores fazem uso do método tradicional, tentando buscar atenção ou respeito da sala, decisão sempre equivocada, vista a discrepância que a ameaça

CRUZ, D. R.; ULIAN, R. G.; RIBEIRO, R. F.; OLIVEIRA, S. F. P.

podea causar entre o aluno e sua aprendizagem. “O professor utiliza-se das provas como um fator negativo de motivação” (LUCKESI, 1996, p.18). Não se pode permitir que a avaliação seja uma maneira de oprimir o aluno, mas sim de somar conhecimento e pensamento crítico:

Mais importante do que ser uma oportunidade de aprendizagem significativa, a avaliação tem sido uma oportunidade de prova de resistência dos alunos aos ataques do professor. As notas são operadas como se nada tivessem a ver com a aprendizagem. As médias são médias entre números e não expressões de aprendizagem bem ou mal sucedidas (LUCKESI, 1996, p. 23).

Dentre algumas consequências geradas pela pedagogia do exame, o autor trata de três: a pedagógica, a psicológica e a sociológica, geradas pela falta de preparo ou de conhecimento. A consequência pedagógica se volta exclusivamente ao exame, não contribuindo para a aprendizagem dos estudantes. Já a consequência psicológica produz no indivíduo uma personalidade submissa, uma autocensura, fazendo com que o aluno se torne coadjuvante e aceite tudo que lhe dizem como correto. Na consequência sociológica a avaliação seleciona, reprova e exclui, ou seja, escancara a desigualdade social e se articula de uma maneira mais intensa com a reprovação (LUCKESI, 2005).

Há décadas, professores agrediam seus alunos com um instrumento muito conhecido, a chamada “palmatória”, que, de acordo com Luckesi (2005), era medida a quantidade de “agressões” aplicadas ao aluno. Havia também outro castigo físico no qual o aluno era colocado de joelhos sobre grãos de milho ou de feijão por tempo estimado pelo professor, ou de costas para a sala, voltado para parede com os braços abertos, “verdadeiros martírios”. Atualmente, são proibidas essas formas de punir o aluno, entretanto se escondem maneiras mais discretas a olhos desatentos, não se atinge mais o físico do aluno, mas sua personalidade, criando um ambiente de medo, tensão e ansiedade. Por meio do resultado das avaliações, é apresentado o elogio ao aluno que acerta, e a ridicularização ao que obteve uma nota inferior. O aluno “bom” é utilizado como exemplo para a sala e o outro, como lição, pensamento cultivado pelo senso comum do magistério. Ainda existem castigos que mantêm os alunos retidos em sala de aula, suspensos ao lanche e à inserção de tarefas extras.

Uma modalidade diversa de castigo é a ameaça do castigo. O aluno sofre por antecipação, pois fica na expectativa do castigo que poderá vir numa permanente atitude de defesa. Sai às ameaças de futuras repressões, caso os alunos não caminhem bem nas condutas que devem ser aprendidas, sejam elas cognitivas ou não (LUCKESI, 1996, p. 50).

Encontra-se ainda quem tenha uma “justificativa” para o castigo, ao que parece, nos dias atuais.

A ideia e a prática do castigo decorrem da concessão de que as condutas de um sujeito – aqui, no caso, os alunos que não correspondem a um determinado padrão preestabelecido, merecem ser castigadas, a fim de que ele “pague” por seu erro e “aprenda” a assumir a conduta que seria correta (LUCKESI, 1996, p. 52).

Castigar passa a ser um reflexo dos atos humanos que perante o senso comum introduz a ideia de que o castigo fará com que o aluno tenha uma “atitude

adequada”.

Ao se tratar do mito da avaliação, na perspectiva de Hoffmann (2011), deve-se levar em conta todo o contexto através dos tempos, visto que, o método autoritário que era praticado fazia jus ao cenário da época. É necessário que o professor reveja sua abordagem de ensino, evitando o autoritarismo em sala de aula, pois incapacita o desenvolvimento do aluno e faz com que a avaliação seja somente um julgamento dos dados obtidos.

Hoffman (2011) cita Tyler (1949), que faz uma introdução focada diretamente no papel da avaliação com o aluno e seu objetivo perante a introdução do saber, tem a finalidade de verificar em qual frequência se desenvolve o comportamento, focado em salientar que o propósito da educação é "modificar comportamentos" (TYLER apud HOFFMANN, 2011, p.33). Na escola, esse método de Tyler (1949), é realizado pela avaliação através dos objetivos do professor. No cotidiano dos alunos, o professor corrige e mostra resultados, classificando-os de acordo com os seus desempenhos.

Bastaria combater essas práticas com os educandos? Não, o desafio para combater tais práticas se polariza, por um extenso caminho, ao modo que profissionais de vários ambientes (acadêmicos, públicos ou particulares) trazem impregnados métodos sentenciosos e autoritários. Para que haja modificações acerca dessas práticas é preciso, em um primeiro momento, conscientizar o professor, fazer a mudança a partir de sua formação. Assim, a desmistificação desses métodos arcaicos aconteceria.

As relações de poder que se travam em nome dessa prática são reflexos de uma sociedade liberal e capitalista, que se nutre de exigências burocráticas para mascarar o seu verdadeiro descaso com a educação em todos os níveis. É urgente encaminhar a avaliação, a partir da efetiva relação do professor e aluno, em benefício da educação do nosso país, contrapondo-se à concepção sentenciosa, grande responsável pelo progresso de eliminação de crianças e jovens da escola (HOFFMAN, 2011, p. 35-36).

A avaliação precisa ser inserida no cotidiano dos alunos e os professores devem adotar uma ação mediadora, na qual as observações, as conversas, as dúvidas, os esclarecimentos, as opiniões e as diferenças sejam consideradas fundamentais para o processo de aprendizagem. Entretanto, muitos obstáculos dificultam essa metodologia, um deles é a ruptura que o docente provoca nos saberes de sua disciplina quando propõe atividades para os estudantes visando apenas à correção classificatória e não se preocupa com a devolução da prática, impossibilitando a discussão de argumentos, a formação de pontos de vista e formando um aluno copista. No momento em que essa interrupção acontece, os discentes deixam de ver a razão pela qual estão estudando determinado assunto, ocasionando o desinteresse e a falta de compreensão, pois a aquisição do conhecimento é alcançada de forma processual. As discussões lembram o que Hoffmann (2011) chama de *avaliação mediadora*.

Hoffmann (2011) aponta algumas práticas necessárias para que a *avaliação mediadora* seja possível, como o acompanhamento constante do professor em relação ao aprendizado do estudante, as atividades sequenciais e intermediárias e a adoção de métodos de correção investigativos.

CRUZ, D. R.; ULIAN, R. G.; RIBEIRO, R. F.; OLIVEIRA, S. F. P.

[...] o professor deve assumir a responsabilidade de refletir sobre toda a produção de conhecimento do aluno, promovendo o “movimento”, favorecendo a iniciativa e a curiosidade no perguntar e no responder construindo novos saberes junto com os alunos (HOFFMAN, 2011, p. 63).

A confiança mútua entre educador e educando quanto às possibilidades de reorganização conjunta do saber pode transformar o ato avaliativo em um momento prazeroso de descoberta e troca de conhecimento (HOFFMAN, 2011).

A avaliação é, sem dúvidas, essencial para o processo pedagógico, pois possibilita a problematização acerca de diferentes temas, desenvolvendo, assim, diversas habilidades em quem as realiza. Contudo, o processo avaliativo precisa deixar de ser apenas mero cumprimento da burocracia, para que os benefícios citados sejam possíveis. A discussão sobre os métodos avaliativos diz respeito não somente à escola ou aos profissionais que aí estão, mas à sociedade, visto que o conhecimento é primordial para que as crianças e os adolescentes sejam, no futuro, propulsores da transformação e evolução.

Para entender o processo de necessidade da avaliação, Perrenoud (2002) traz a possibilidade de analisar situações cotidianas, e identificá-las, para que um método seja aplicado, pois o docente não conhece todas as dificuldades de uma sala, e também, não conhece integralmente as competências dos discentes. Uma atividade avaliativa precisa ser capaz de proporcionar aprendizados para que o estudante possa refletir sobre o assunto, promovendo, assim, uma prática reflexiva (PERRENOUD, 2002).

Saber explicar a metodologia de avaliação é muito importante para o processo de ensino e aprendizagem, isso requer que seja identificada qual propriedade o estudante foi capaz de absorver através dos saberes acumulados ao longo do período, durante o qual foi aplicado o conteúdo. Contudo, o professor também deve compreender que está em constante aprimoramento. “[...] inovar é transformar a própria prática, o que não pode acontecer sem uma análise do que é feito e das razões para manter ou mudar” (PERRENOUD, 2002, p. 62).

Assim, essa competência da prática pedagógica que é utilizada pelo professor como propriedade da Avaliação Escolar, transforma-se na capacidade que o discente vai adquirir para edificar seu conhecimento. Entretanto, a avaliação somente vai funcionar no momento em que o professor se capacitar para utilizar esse método como um instrumento principal da prática pedagógica (PERRENOUD, 2002). O docente precisa ter consciência de que o estudante precisa refletir sobre seus próprios erros através do processo avaliativo. Com a reflexão, Perrenoud (2002, p. 180) afirma que: “[...] mobiliza saberes declarativos (que descrevem o real), procedimentais (que prescrevem o caminho a ser seguido) e condicionais (que dizem em que momento deve se realizar determinada ação)”.

Para que o processo avaliativo seja eficaz, é necessário que o educador priorize o desenvolvimento das potencialidades e competências conceituais dos estudantes, tanto em aspectos cognitivos, assim como procedimentais e atitudinais.

Para tanto, Paixão (2016) cita três elementos indispensáveis, sendo eles: senso de justiça, respeito pelo ser humano e bom senso.

Juntos, esses três ingredientes constituem a receita para o desenvolvimento das competências conceituais e, conseqüentemente, da avaliação eficaz –

REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018 aquela que é realmente indispensável, que cumpre sua função de nortear e fomentar a aprendizagem (PAIXÃO, 2016, p. 63).

O professor precisa trabalhar para que o reconhecimento do estudante venha por meio de suas capacidades, não se limitando a fatores financeiros e sociais. Em seu estudo, Paixão (2016, p. 63) afirma que “a avaliação, quando concebida para valorizar o estudante, é capaz não apenas de engrandecer suas potencialidades perceptíveis, como também despertar suas potencialidades latentes”.

Para efetuarmos o desenvolvimento dos aspectos procedimentais nos alunos, é preciso averiguar se eles têm competência e habilidade em determinado tópico, colocando-os como autores na construção do próprio conhecimento. Quando o método avaliativo é bem empregado, é possível analisar as competências do aluno para apurar se ele realmente absorveu todo o conhecimento acerca de determinada matéria ou situação. Gerar resultados positivos faz com que o estudante participe efetivamente em seu aprendizado, aumentando assim sua autoestima, seu rendimento escolar e até seu comportamento, afirma PAIXÃO (2016).

Segundo Paixão (2016, p. 68), “a avaliação tem como foco garantir que o estudante desenvolva os elementos procedimentais necessários para que possa participar de maneira efetiva da sociedade”. Ainda que se utilize instrumentos de avaliação e dados quantitativos, o processo avaliativo torna-se um ensino por excelência.

Para que seja possível compreender sua postura em sala de aula, o professor deve buscar alternativas para desenvolver competências que favoreçam sempre a participação do estudante, buscando construir percepções em que o aluno seja capaz de expandir seu conhecimento de mundo. “Ao compreender e desenvolver suas competências atitudinais, o professor contribui diretamente para a formação de indivíduos com senso de cidadania, e com discernimento crítico” (PAIXÃO, 2016, p. 72).

Quanto às competências atitudinais, o compromisso do docente é trazer para a sala de aula uma metodologia que trabalhe com as percepções dos estudantes em relação às atitudes proativas e empreendedoras (PAIXÃO, 2016). A transformação do discente ocorre de forma gradativa, edificando o processo de desenvolvimento em sala de aula, promovendo, assim, competências que se transformem em atitudes. A principal característica da competência atitudinal é a necessidade do professor em acompanhar cada passo desse processo, promovendo atos que vão desde observação e acompanhamento, construção de novas ideias, estratégias de estudos e seguranças nos aspectos técnicos e teóricos (PAIXÃO, 2016).

3.2 Sobre a avaliação da escrita na escola

Este tópico se refere à apresentação do desenvolvimento da leitura e da escrita no processo de ensino-aprendizagem, através da construção de argumentos em que o professor é capaz de promover dentro do ambiente escolar. Relaciona-se também com a criação da produção textual através de estratégias discursivas e persuasivas em que o professor propõe uma versão que siga os preceitos da Retórica, a fim de que o estudante produza textos de sua autoria, refletindo sobre as temáticas que o docente propõe. No item, ainda se trata sobre a percepção do professor em relação à avaliação da escrita, como também do processo

de correção textual nas relações professor-leitor/aluno-autor.

É essencial que o professor tenha o conhecimento necessário sobre as estratégias de escrita, assim como a sua correção, para auxiliar no desenvolvimento do estudante. Sua principal função, dentro da sala de aula, é aprimorar a prática da leitura e da escrita dos alunos, desenvolvendo, assim, a argumentação para debates nas diversas áreas do conhecimento. O conceito de debate provém das concepções da Retórica Aristotélica, abrindo espaço para estudos relacionados à expressão da linguagem e ao objeto referencial no que diz respeito à estrutura da argumentação da escrita (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA apud NAVARRO, SBROGGIO, 2018).

A partir desses conceitos, é possível analisar a participação do professor no processo da escrita desenvolvido pelo estudante, além do momento em que o processo de incentivo à leitura tem influência na motivação do discente em debater, criando discursos retórico-argumentativos em suas produções textuais:

O ensino da leitura e da escrita, por exigir decisões cognitivas complexas e uma série de ações de linguagem, é por si só uma tarefa árdua, mas se revela ainda mais desafiadora quando se consideram todas as demais variáveis nelas envolvidas, que compreendem desde a estrutura da escola, os materiais didáticos ofertados até a heterogeneidade social e formativa da comunidade escolar brasileira (NAVARRO; SBROGGIO, 2018, p.14).

Ensinar um determinado conteúdo requer assumir que o aprendizado precisa ter a perspectiva da reflexão, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de argumentação apoiada em suas opiniões, vivências e experiências próprias. Para tanto, deve-se praticar a prerrogativa da Retórica na construção textual do estudante, na qual o ambiente escolar, em prática, já se trata de exercer um contexto retórico por excelência (NAVARRO; SBROGGIO, 2018).

O papel do professor é, sem dúvidas, abrir os caminhos do aprendizado para a instrumentalização da escrita argumentativo-discursiva, em que o estudante possa adquirir, através da prática de leitura e interpretação, recursos que o habilitem para a construção de objetivos, sendo, assim, capaz de dissertar sobre situações concretas do cotidiano através de uma comunicação própria (NAVARRO; SBROGGIO, 2018).

Esse cenário aponta para a necessidade de que o aluno assuma o protagonismo no processo de aprendizagem de leitura e escrita, de modo que ele consiga construir o sentido do texto a partir da mobilização das suas experiências e se enxergar como autor da sua produção textual (NAVARRO; SBROGGIO, 2018, p.16).

Para ser protagonista, o estudante deve, a cada estudo lecionado pelo professor, fazer um processo de construção de argumentos; a cada proposta textual, construir e reconstruir os paradigmas que permeiam as situações da sociedade, elencar cada propósito que foi socialmente elaborado durante sua convivência social e estar seguro de que através dessa construção de elementos retóricos argumentativo-discursivos estará preparado para elaborar opiniões consistentes e satisfatórias nos futuros processos avaliativos a que se submeterá.

Consideram-se elementos retórico-argumentativos aqueles que as “palavras sejam simples, mas que elas vêm carregadas de sentimentos, posicionamentos, visões de mundo e opiniões” (FERREIRA, 2018, p. 51).

Sabe-se que um discurso, quando produzido para a oralidade ou escrita,

traz consigo uma maneira de impor seu conteúdo para alcançar um terceiro. A Retórica tem por objetivo a persuasão, um exemplo é o discurso oratório de um candidato político que é persuasivo e dialético. É possível observar na escrita uma maneira de introdução de sentimentos e valores, tudo isso faz do discurso único e ao mesmo tempo possuidor de relações dialéticas com outros textos.

Estudantes usam o texto como um método para compreender ou até mesmo participar de ações de uma determinada comunidade. Torna-se rotineiro teóricos da linguagem criticarem a produção textual realizada nas escolas brasileiras. Dentre os problemas mais comuns, a pouca utilidade desses textos dos alunos e a maneira seletiva de vários professores se pautarem apenas no resultado final, regras gramaticais descontextualizadas.

Pelo simples motivo de que o texto do aluno se direciona apenas ao professor, muitas vezes, o estudante se afasta de sua autenticidade para agradar o público alvo de seu texto. Nas premissas da Retórica, o orador deve estar atento ao seu auditório, ao seu objetivo e ao seu valor. A partir dessas reflexões, identifica-se a necessidade de considerar o aluno como um sujeito produtor e dar condições para que ele aperfeiçoe suas habilidades de escrita, não sendo mais uma visão mecânica e artificial.

A simples correção gramatical e devolução do texto ao aluno não propicia um momento de reflexão sobre a própria produção. Geraldi (1998) considera viável que o professor verifique as maiores incidências nas produções textuais de seus alunos e, mediante a constatação, conduza o autor (aluno) para os ajustes necessários em seu texto (FERREIRA, 2018, p.54).

Ao passar para o aluno uma estratégia interpretativa, o professor contribui para que ele seja um autor e não apenas um reproduzidor de textos. Dessa maneira, o estudante é capaz de elaborar novos argumentos e opiniões, contemplando, assim, um público maior. Macedo (2002) afirma que interpretar pressupõe acrescentar sentido, ler por entrelinhas e ampliar o conteúdo. Por essa razão, professor e aluno entendem que não se trata de “caçar os erros”.

A produção de textos no ambiente escolar é desafiadora, tanto pela exigência cognitiva como pela obrigação, a que nem sempre estamos dispostos a cumprir.

O professor deixa de ser um mero corretor de textos e adquire o papel de intérprete, de colaborador, de coautor, de alguém que conhece as dificuldades de seus alunos e atua no sentido de superá-las. Obviamente isso requer um novo olhar, uma mudança de paradigma pautada em um trabalho gradativo de interlocução e de devoluções da produção escrita (FERREIRA, 2018, p.60).

Levar em conta o texto como um processo faz da produção textual algo interminável, por fim Ferreira (2018) conclui que o caminho percorrido fará parte de uma ação interiorizada do professor, do aluno e seu texto.

A prática da escrita desenvolvida nas escolas já não pode ter como objetivo primordial analisar a gramática utilizada pelo aluno, mas aprimorar a capacidade de reflexão e desenvolvimento de um possível sujeito ativo na sociedade. Para que o estudante torne-se autor, é necessário que antes reflita sobre a finalidade do texto que será escrito, passando, assim pelo sistema retórico aristotélico que é constituído de quatro partes, sendo elas: invenção, disposição, elocução e ação.

CRUZ, D. R.; ULIAN, R. G.; RIBEIRO, R. F.; OLIVEIRA, S. F. P.

A *inventio*, ou invenção, segundo Mosca (2004), “é o estoque de material, de onde se tiram os argumentos, as provas e outros meios de persuasão relativos ao tema do discurso” (MOSCA, 2004, p. 28), é a busca de argumentos nos lugares retóricos que, de acordo com Ferreira (2010), “são grandes armazéns de argumentos, utilizados para estabelecer acordos com o auditório”, mas sempre com o objetivo de persuadir (FERREIRA, 2010, p. 69).

Inventar, de acordo com a citação, é parte fundamental do texto no qual o autor define os argumentos que serão persuasivos para o público alvo. Já a disposição configura-se pela organização das ideias e argumentos que serão passados através do texto, ou seja, como dizer o que se intenciona dizer. Para Reboul (2004, p. 61), a elocução se trata “da redação do discurso”, escolhas lexicais que definirão o estilo do texto. Por fim, a ação, de acordo com Mosca (2004, p. 29), “é a ação que atualiza o discurso, a sua execução”.

Trazendo todos esses conceitos para a realidade atual do processo de desenvolvimento da escrita nas escolas, é possível citar alguns benefícios que o sistema retórico, apresentado anteriormente, pode proporcionar aos estudantes:

De outro modo, a invenção propicia ao aluno momentos de reflexão, de consulta a fontes de informação, coleção de dados, formação de repertório, troca de ideias com os colegas e contribui, enfim, para o amadurecimento em produções escritas na escola sobre o tema. A disposição pressupõe o arranjo estrutural, para a arquitetura do texto, para que as escolhas do que dizer possam ser utilizadas na produção textual de forma adequada ao propósito discursivo. A elocução é a atuação sobre o material obtido na disposição, a fim de que a macroestrutura textual, construída pela disposição, revele a superfície textual, como significação global do ato retórico, e chegue ao auditório, o leitor (FERREIRA, 2010, p. 116).

Além de desenvolver a retórica e a autoria, o processo da escrita tem a capacidade de transformar o estudante, seja em relação ao outro ou a si mesmo.

A escrita pode ser um potente instrumento de pensamento, sentimento, identidade, engajamento e ação. Ao transformar nossos impulsos em palavras, podemos revelar-nos a nós mesmos e ao mundo, podemos participar de importantes debates, movimentos e atividades (PIOVEZAN apud BAZERMAN, 2015, p. 70).

Entretanto, para que o aluno obtenha todos esses progressos, faz-se necessário que o trabalho do educador seja eficaz e planejado. Ao apresentar o tema, o professor precisa discuti-lo com os estudantes, abrindo espaço para debates, pesquisas e reflexões. Caso contrário, não será possível encontrar “indícios de autoria” no texto (POSSENTI, 2002), visto que o estudante precisa desenvolver sua própria opinião e posicionamento sobre o assunto para que possa ser considerado autor. Além disso, para certificar que realmente há a existência de um autor, é relevante observar predicamentos que o compõem.

Dessa forma, com base na retórica antiga e nas contribuições do Círculo bakhtiniano, Piovezan (2017) sugere o trabalho com seis categorias de análise: unidade de sentido, marca de posição de autor, autoconsciência de linguagem, polifonia, qualidade e criatividade (FERREIRA, 2018, p. 70).

A unidade de sentido, observada nos processos de coesão e coerência

textuais, são elementos imprescindíveis para a compreensão textual.

A marca de posição de autor apresenta o uso de dêiticos revelando “a presença com distância maior ou menor do orador em relação ao seu auditório” (FERREIRA, 2018, p. 70). Quando se encontram, no texto, acontecimentos que foram transportados do mundo real, pode-se afirmar que a autoconsciência de linguagem o compõe.

A presença de outras vozes, sejam elas diretas ou indiretas, intencionais ou não intencionais, demonstra a presença da polifonia no texto, “conceito desenvolvido por Bakhtin (1997) que considera os diversos agrupamentos de gêneros textuais e discursivos” (FERREIRA, 2018, p. 71). A qualidade está relacionada às escolhas discursivas e textuais que moldam o texto, sua fluidez e suas peculiaridades, tornando-o único. A última categoria sugerida por Piovezan (2017) diz respeito à criatividade presente no texto, que, de acordo com Ferreira (2018, p. 71), “pode ser verificada no estilo de linguagem adotado pelo autor”, entretanto o aluno só será capaz de construir seu próprio estilo de linguagem, através de muitos anos de prática de leitura e escrita.

4 A redação do ENEM

O objetivo deste item é estabelecer um contexto temporal em que o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - está inserido, focando nas discussões sobre as competências exigidas ao candidato, especialmente, em relação à prova de redação.

4.1 Histórico do ENEM

No site oficial do INEP (2020), tem-se que, em 1998, “nasce o maior exame brasileiro”. A primeira edição do *Exame Nacional do Ensino Médio* registrou 157.221 inscrições e 115.575 participantes no dia 20 de agosto. Cinquenta e três por cento dos inscritos tinham 18 anos ou menos e nove por cento eram de escolas públicas. Embora o uso das notas do ENEM fosse válido para duas instituições de educação superior, as provas foram aplicadas em 184 municípios brasileiros.

Já no ano de 1999, o ENEM mostra sua credibilidade e alcança o número de 93 instituições de educação superior, que utilizaram os resultados do Exame. O INEP firmou parceria com a empresa de correios brasileira e telégrafos, e sete mil agências foram habilitadas a realizar inscrições para o exame.

Em 2000, vieram mais conquistas, foi garantido atendimento especializado para 376 pessoas com necessidades especiais, marcando o início da oferta de recursos de acessibilidade. A edição contou com 390.180 inscritos.

Em 2001, o ENEM já alcança 1.624.131 inscritos, os concluintes do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA) passaram a ter isenção de matrícula, beneficiando 82% do total de inscritos. O ENEM ganhava novas proporções, com um aumento de inscritos e municípios em que eram realizados o Exame.

Em 2004, o recém-criado *Programa Universidade para Todos* (ProUni) passou a usar a nota do ENEM para concessão de bolsas de estudos integrais e parciais aos participantes.

Em 2005, devido ao ProUni, teve um aumento significativo do número

de alunos que buscavam entrar em uma faculdade, chegou a 3.004.491 inscritos. Pela primeira vez, os participantes com renda familiar de até dois salários mínimos passaram da metade do público que fez a prova. Em sua décima edição o ENEM já era aplicado a 1.324 municípios brasileiros e 3.584.569 inscritos.

Em 2008, após uma década, o exame traz novidades, o Inep e o Ministério da Educação (MEC) anunciaram que o Enem se tornaria o processo nacional de seleção para ingresso na educação superior e certificação do ensino médio. Com a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Enem muda de formato, o exame passa a ter 180 questões objetivas, 45 para cada área do conhecimento, e a redação. A aplicação passa a ser realizada em dois dias e o Exame começa a certificar a conclusão do ensino médio. Além disso, as matrizes de referência são reformuladas com base nas Matrizes de Referência do *Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos* (Encceja). Nesta edição, 4.138.025 pessoas se inscreveram no Enem, aplicado em 5 e 6 de dezembro, em 1.830 cidades.

Em 2010, a edição trouxe aprimoramentos do sistema de inscrição. O Inep começou a coletar dados sobre deficiência ou condição especial dos inscritos. Mais de 35 mil dos 3.420.999 participantes declararam ter alguma deficiência ou condição especial, os resultados passaram a ser adotados pelo FIES. O direito à gratuidade e a acessibilidade permitiram que mais pessoas com baixa renda e alguma deficiência fossem isentas a inscrição nos anos de 2011 e 2012, totalizando, em 2012, 70% do total de 5.791.066 inscritos e 1.619 municípios.

Em 2013, há uma significativa ampliação em 1.661 municípios, quase todas as instituições federais adotam o ENEM como critério de seleção e nota do Exame é utilizada na concessão de bolsas de estudos.

Em 2014, as Universidades de Coimbra e Algarve, em Portugal, passaram a aceitar o Enem e várias instituições de ensino superior portuguesas passaram a utilizar as notas do ENEM em seus processos seletivos.

No ano de 2015, o número de “treineiros” passa a ser quantificado, participantes que fazem o ENEM para auto avaliação, totalizando 12% dos 7.792.024 inscritos.

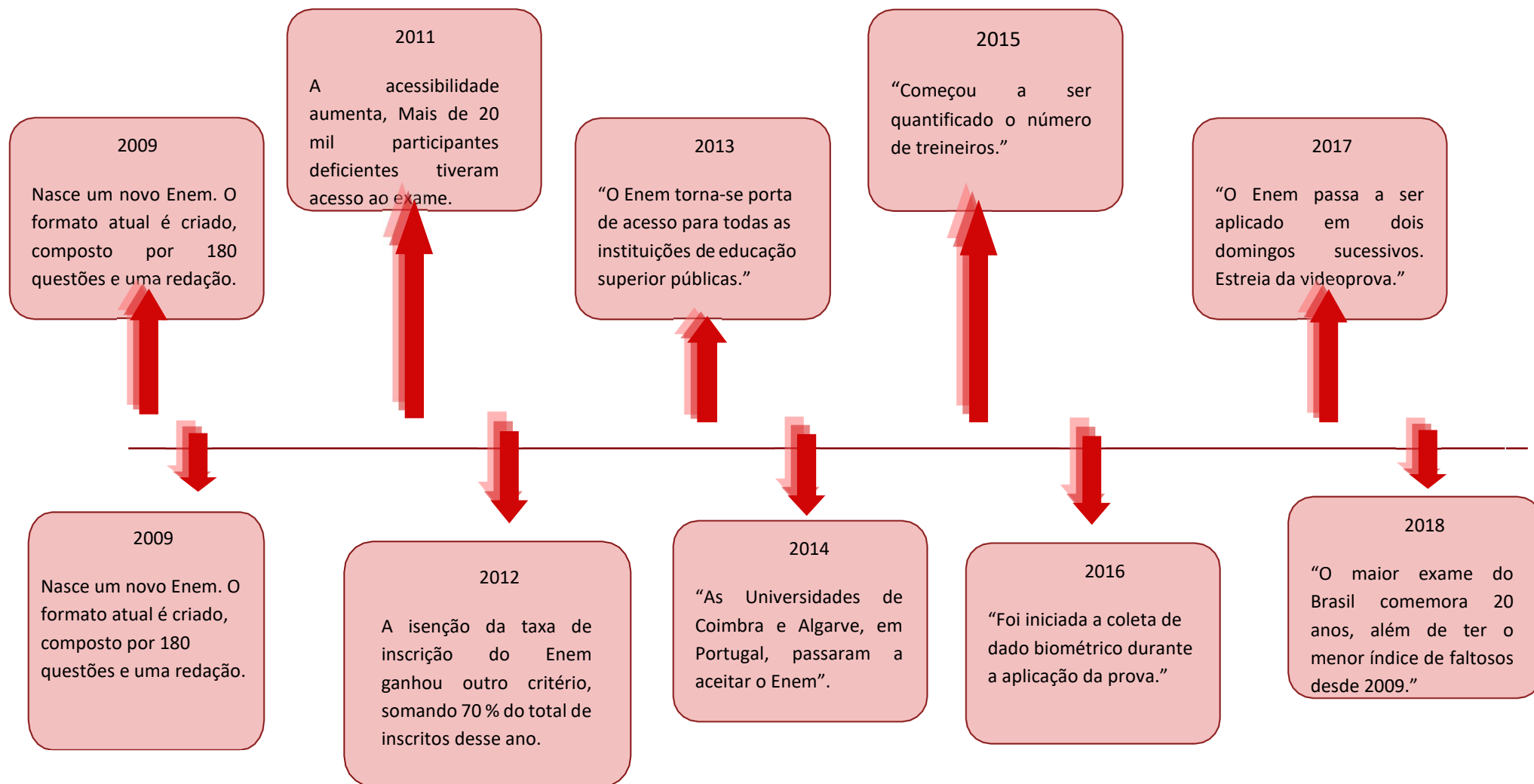
Em 2016, aprimoraram o sistema de segurança com detectores de metais nas portas de todos os banheiros e o uso da biometria.

Em 2017, o ENEM passou a ser aplicado em dois domingos consecutivos, a redação passa a ser aplicada no primeiro dia. O Exame ficou ainda mais acessível com a estreia do vídeo prova em Libras para surdos e deficientes auditivos. A prova passou a ser personalizada com nome e número de inscrição do participante.

Em 2018, o Enem comemora seus 20 anos de existência, sendo homenageado por um documentário histórico e uma série de cinco minidocumentários sobre os bastidores do Exame. Também teve um aumento no número de instituições de educação superior de Portugal que passaram a usar as notas do ENEM chegando a trinta e cinco.

Assim, como forma de inserir o objeto de estudo da presente pesquisa, no âmbito temporal, resumimos os dez anos do ENEM – 2008/2018, no Infográfico 1 seguinte:

Infográfico 1 - Contexto histórico do ENEM - 2008 - 2018



4.2 Competências exigidas para a prova de redação do ENEM

As correções das redações dos participantes do *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM) são realizadas a partir de cinco competências. A seguir, está presente os objetivos das quatro primeiras e o processo de intervenção presente na quinta competência, que trata especialmente do foco da presente pesquisa. As discussões apresentadas têm fonte em INEP (2020).

A primeira competência analisa o domínio da Língua Portuguesa na especificidade da escrita formal, vinculada à norma-padrão, forma utilizada em textos dissertativo-argumentativos. As escolhas lexicais, gramaticais e sintáticas que os participantes fazem são determinantes para a produção de uma redação límpida e objetiva. Posto isso, pode-se afirmar que essa primeira competência está associada à estrutura e à faceta textual.

A competência II está relacionada ao tipo textual e ao tema, elementos essenciais da produção textual. Para verificar a pontuação do participante nessa competência, é necessário avaliar a interpretação do candidato, em relação à proposta de redação, como também o seu conhecimento acerca da estrutura do texto dissertativo-argumentativo. A avaliação dessa competência é fundamental para as outras, visto que se o participante fugir do tema ou não atender à tipologia textual obrigatória, a anulação da redação poderá ser feita.

A terceira competência avalia a capacidade argumentativa dos participantes, ou seja, a capacidade de

[...] selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Esse descritor evidencia que essa Competência avalia a construção de sentido do texto, reconstruindo o caminho percorrido e os recursos mobilizados pelo participante na argumentação (AZEVEDO, 2019, online).

Com relação à competência IV, encontra-se descrita a questão da coesão textual. Essa competência propõe direcionamentos que encaminham a avaliação para o quadro esquemático da coesão referencial e sequencial. Na mesma questão, correspondente ao tópico da grade específica da competência IV, traz como metodologia de avaliação os termos importantes para que a coesão utilizada na produção textual alcance o resultado esperado.

Conforme já explicado, os elementos coesivos são marcadores explícitos que, se presentes nos textos, são facilmente identificáveis e, quando empregados de forma precisa, devem contribuir para a organização e compreensão das ideias apresentadas (INEP Módulo 6, 2019, p.16).

Para esse tipo de avaliação, vale ressaltar o conceito de presença de elementos coesivos (INEP, 2019) construídos pelo candidato em sua produção textual e todas as disposições que regem a composição da competência IV, entre eles: coesão intraparágrafo e interparágrafo, repetição, inadequação coesiva e monobloco (INEP, 2019). Através destes termos, elabora-se um roteiro para avaliar a utilização da coesão, seguindo todos os requisitos das disposições por um quadro que dispõe de valores de 0 a 200.

CRUZ, D. R.; ULIAN, R. G.; RIBEIRO, R. F.; OLIVEIRA, S. F. P.

Já a competência V, que é o foco deste estudo, está relacionada à proposta de intervenção que o autor precisa elaborar.

Para reconhecer a proposta de intervenção no texto, precisamos, então, identificar as estruturas que explicitam um claro desejo do participante de indicar uma iniciativa que interfira no problema em questão. É preciso ficar atento a certas estruturas que evidenciam o caráter interventivo, ou seja, que manifestam desejo de intervir em uma dada situação a fim de modificá-la. Algumas estruturas linguísticas evidenciam a intervenção e nos auxiliam na identificação dessa proposta (INEP Módulo 7, 2019, p. 9).

Para avaliar a proposta de intervenção, nessa competência, são observados os níveis de composição dessa proposta. Em cada um dos níveis, requisitos são avaliados e quantificados para que a nota alcançada seja entre 0 e 1000. Deve-se estar atento ao avaliar a proposta de intervenção, pois ela deve sempre estar de acordo com as diretrizes que acompanham e regem a comunidade dos direitos humanos.

É importante ressaltar que, na avaliação das redações, o que se considera desrespeito aos direitos humanos está fundamentado em princípios estabelecidos em documentos que possuem força de lei, ou seja, não é tão somente uma questão de ofender, exibir preconceitos ou fazer apologia à violência (INEP Módulo 7, 2019, p. 7).

Ao se produzir uma redação com proposta de intervenção, é relevante que se constitua de características voltadas para o benefício da sociedade. É de interesse da população que, em sua produção, o candidato tenha consciência dos princípios regentes das normas dos direitos humanos. Portanto, ao elaborar uma proposta de redação com esses requisitos, o candidato deve demonstrar seus argumentos para que seja convincente e eficaz.

Os principais elementos de uma proposta de intervenção são: uma solução alcançável, o responsável pelo problema e pela solução, os principais resultados a serem alcançados nesta proposta e detalhes para que esta ação seja desenvolvida (INEP, 2019).

No desenvolvimento da redação, o candidato pode elaborar uma solução através de AÇÕES a serem realizadas. Para que essa solução seja efetiva, ele deve ficar atento ao tema da redação e também ao caráter de nulidade aplicado ao texto, pois não será considerada a pontuação sobre o caráter de nulidade (INEP, 2019).

Entendendo como se realiza essa ação, o candidato terá que identificar o AGENTE, sendo essencial ter em mente que o problema a ser abordado, dentre os níveis de ação, pode ser executado pelos atores sociais de forma individual, familiar, comunitária, governamental e mundial. Estar ciente de quem executa as ações auxilia o candidato na elaboração de sua proposta de intervenção no que concerne o método avaliativo, visto que ele não pode utilizar termos que correspondam a elementos nulos (INEP, 2019).

Ao se identificar as ações citadas acima, o candidato deve propor o MODO/MEIO em que sua proposta de intervenção se direciona. Deve entender que para essa avaliação é preciso estar ciente do modo de execução e que não será considerado elemento nulo (INEP, 2019).

A partir das descrições já elaboradas, o objetivo do candidato será

REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

destacar o EFEITO, ou seja, os resultados a serem obtidos, determinando uma finalidade que trará as consequências esperadas. Nesse elemento, a avaliação deve ficar atenta no indicativo de finalidade do efeito e nas construções indicativas de consequência e conclusão, não importando a ordem que venha na proposta, verificando se, mesmo mais distante, ela poderá ser considerada completa (INEP, 2019).

Tratando de relacionar todos os elementos acima, também é viável que o candidato utilize o DETALHAMENTO, caracterizado por descrever informações sobre os elementos da ação, do agente e do modo/meio. É importante avaliar nessa constituinte se o candidato entendeu que essa etapa funciona como uma informação a mais (INEP, 2019).

4.3 Quadro de competências

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para avaliar a redação do Enem, utiliza cinco competências divididas por especificidades, sendo que cada competência se direciona a um requisito diferente.

Nesse item, apresentamos um quadro que resume as competências empregadas para a avaliação das redações do ENEM:

Quadro 1 – Competências e critérios de avaliação

Competência	Critérios de análise da redação do Enem
1º competência	Analisa o domínio da língua Portuguesa, na especificidade da escrita formal, vinculada a norma padrão. Escolhas lexicais, gramaticais e sintáticas.
2º competência	Relaciona-se ao tipo textual e seu tema. Integridade do tema proposto, atendendo o tipo textual obrigatório.
3º competência	Avalia a capacidade argumentativa, selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Avaliar a construção de sentido do texto.
4º competência	Avaliar a constituição da coesão na produção do texto dissertativo-argumentativo, de modo que alcance o resultado esperado na produção textual.

5º competência	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. Que a proposta de intervenção apresente os cinco elementos básicos: a ação, o agente, o modo/meio de execução dessa ação, seu efeito e um detalhamento.
----------------	---

Fonte: Adaptado de INEP, 2020, online.

A proposta para a redação do Enem tem sido sempre elaborada de forma a possibilitar que os participantes, a partir de subsídios oferecidos, realizem uma reflexão escrita sobre um tema de ordem política, social, cultural ou científica, em uma tarefa identificada como uma situação-problema (INEP, 2019, online).

A reflexão sobre o tema deve atender às competências anteriormente citadas no Quadro 1. A proposta de redação permite discussões e debates que devem culminar em uma conclusão, propondo, assim, uma intervenção para a solução do problema dado.

No momento da avaliação das redações, os avaliadores consideram as cinco competências, que são divididas em quatro critérios, correspondentes aos conceitos: insuficiente, regular, bom e excelente, respectivamente representados pelos níveis 1, 2, 3 e 4, associados às notas 2,5 - 5,0 - 7,5 - 10,0.

A nota global da redação é dada pela média aritmética simples das notas atribuídas a cada uma das cinco competências, multiplicada por 100.

Ainda:

A redação que não atende à proposta recebe o conceito D – desconsiderada. Quando é apresentada em branco ou com até sete linhas escritas, recebe o conceito B – em branco. Finalmente, quando a redação é apresentada com palavrões, desenhos ou outras formas propositais de anulação, recebe o conceito N – anulada (INEP, 2019, online).

Aqui, é destacada a competência 5, em redações que obtiveram nota 1000 e observadas as propostas de intervenção para verificar argumentos decisivos para atingir a nota máxima.

5 Argumentos e nota 1000

Neste item, realizam-se as análises das propostas de intervenção de dez redações nota 1000 do ENEM.

Considera-se que a aplicação da redação do Enem é realizada no âmbito nacional e para muitos estudantes o bom desempenho significa a conquista de uma vaga em uma instituição superior federal ou bolsas de estudos em instituições superiores particulares.

É bastante relevante esse objetivo porque, na maioria dos casos, a população de estudantes não tem condições de investir em uma graduação. A partir disso, há a busca pela compreensão de como elaborar uma boa redação e utilizar argumentos necessários para alcançar a nota máxima na produção de texto do Enem, o que resultaria em uma boa qualificação para atingir o objetivo de conseguir um financiamento estudantil.

REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009-2018

A escolha das redações nota 1000, que compõem o corpus da pesquisa, deu-se a partir do site de busca referenciado no fim do anexo A. Existem muitas outras redações que alcançaram a nota 1000, entretanto as que aqui foram analisadas foram em caráter de escolha pelo site, servindo, assim, de composição dos elementos metodológicos.

Quadro 2 – Resumo das propostas da prova de redação do Enem – 2009/2018

Número	Ano	Tema da redação do ENEM
1	2009	O indivíduo frente à ética nacional
2	2010	O trabalho na construção da dignidade humana
3	2011	Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado
4	2012	O movimento migratório para o Brasil no século XXI
5	2013	Efeito da implantação da lei seca no Brasil
6	2014	Publicidade infantil em questão no Brasil
7	2015	A persistência da violência contra a mulher no Brasil
8	2016	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil
9	2017	Desafios para a formação de surdos no Brasil
10	2018	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

Fonte: elaborado pelos autores.

O motivo da análise dos argumentos das dez redações nota mil do ENEM é relevante, porque se deve levar em conta as significativas mudanças que foram realizadas no próprio Enem; a adesão da nota pelo FIES; o aumento do número de inscritos ano a ano; as grandes mudanças da tecnologia; o acesso à conectividade; e os diferentes problemas sociais, que são fatos que justificam a análise temporal das dez redações do Enem 2009-2018.

Quadro 3– Propostas de intervenção – redações ENEM nota 1000 – 2008/2018

Número	Ano	Tema da redação do ENEM	Conclusão – Proposta de Intervenção
1	2009	O indivíduo frente à ética nacional	<i>Por tudo isso, fica claro que o brasileiro deve parar de negar e de rir do evidente problema ético que enfrenta. Trata-se de questões sérias, cujas soluções são difíceis e demoradas, mas não impossíveis. Se a sociedade não se mobilizar imediatamente, chegará o dia em que as piadas alienadas e alienantes resultarão, para a maioria, em risadas de hiena. E, para a minoria privilegiada, imune – ou beneficiada? – à crise ética, restarão apenas olhos marejados.</i>
2	2010	O trabalho na construção da dignidade humana	<i>Sabendo, portanto, da importância do trabalho na vida das pessoas e dos contrastes existentes no Brasil, deve-se tomar consciência de que o governo precisa dar mais atenção aos menos favorecidos financeiramente. Projetos sociais como o Bolsa Família ajudam, mas o que deve ser feito, na verdade, é investir mais em educação, buscando, assim, erradicar a miséria e a existência do trabalho desumano. Além disso, provavelmente, uma reforma agrária contribuiria para diminuir a desigualdade social, que é</i>

			<i>uma realidade que contribui para a existência desse tipo de escravismo</i>
3	2011	Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado	<i>Dado isso, é essencial que nessa nova era do mundo virtual, os usuários da rede tenham plena consciência de que tornar pública determinadas informações requer cuidado e, acima de tudo, bom senso, para que nem a própria imagem, nem a do próximo possa ser prejudicada. Isso poderia ser feito pelos próprios governos de cada país, e pelas próprias comunidades virtuais através das redes sociais, afinal, se essas revelaram sua eficiência e sucesso como objeto da comunicação, serão, certamente, o melhor meio para alertar os usuários a respeito dos riscos de seu uso e os cuidados necessários para tal.</i>
4	2012	O movimento migratório para o Brasil no século XXI	<i>Torna-se evidente, portanto, que o país precisa administrar de forma mais consciente a expressiva chegada de imigrantes. Com esse objetivo, além das medidas anteriormente citadas, a criação de uma "cartilha do imigrante" ajudaria no estabelecimento desses indivíduos uma vez que eles ficariam cientes de suas possibilidades, sendo</i>

			<i>papel do Governo elaborá-la. Com os imigrantes incrementando não só a cultura como a economia, a reação social de transformação em país do futuro, certamente será agilizada.</i>
5	2013	Efeito da implantação da lei seca no Brasil	<i>Portanto, medidas precisam ser tomadas a fim de diminuir as perigosas consequências que a bebida alcoólica pode ocasionar aos motoristas. É obrigação do Governo cobrar da Polícia Rodoviária Federal a intensificação da fiscalização da Lei Seca, e papel das escolas de direção ressaltarem, nas aulas, a importância dos alunos em cumprir com esse dever. A mídia também pode colaborar, com campanhas e Propagandas que incentive, o cidadão a respeitar essa lei. Dessa maneira, a sociedade brasileira poderá se tranquilizar e aguardar melhorias da conduta de suas futuras gerações no trânsito.</i>
6	2014	Publicidade infantil em questão no Brasil	<i>Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega, a propaganda para esse público, visando à proibição de técnicas abusivas e inadequadas. Além disso, é preciso focar na conscientização dessa faixa etária em escolas, com professores que</i>

			<i>abordem esse assunto de forma compreensível e responsável. Só assim construiremos um sistema que, ao mesmo tempo, consiga vender seus produtos sem obter vantagem abusiva da ingenuidade infantil.</i>
7	2015	A persistência da violência contra a mulher no Brasil	<i>Assim, é imprescindível que medidas sejam tomadas para a compleição de uma democracia justa e igualitária em sua plenitude. Desse modo, cabe ao Governo tornar mais rígida a legislação concernente ao bem-estar do sexo feminino, tomando as devidas providências quando algo estiver em desacordo com o que prega a Lei; às escolas, cabe o dever de instruir as gerações futuras quanto à igualdade entre os cidadãos de uma democracia, conscientizando-os do caráter absurdo presente em atos discriminatórios e agressivos. Por fim, lança-se um apelo às vítimas, ressaltando-se que a denúncia é a forma mais eficiente de se combater o problema. Afinal, à guisa de Simone de Beauvoir, o opressor não seria tão forte se não encontrasse cúmplices entre os próprios oprimidos.</i>
8	2016	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil	<i>Portanto, para que práticas discursivas e transformadoras sejam</i>

			<p><i>estabelecidas sobre a intolerância religiosa, deve-se desconstruir a moral de unicidade lógica, permitindo uma amplitude de crenças. Para isso, o Estado precisa cumprir com eficiência seu Código Penal, implementando leis se necessário. Políticas públicas educacionais devem ser engendradas em escolas e universidades, viabilizando aulas de diversidade social e campanhas comunitárias de exaltação de religiões distintas. Por fim, debates necessitam ser promovidos em meios virtuais (redes sociais) e físicos (instituições públicas), visando a uma superação de preconceitos no âmbito, e um conforto psicológico a afetados negativamente.</i></p>
--	--	--	---

9	2017	Desafios para a formação de surdos no Brasil	<p><i>Diante do exposto, cabe às instituições de ensino com proatividade o papel de deliberar acerca dessa limitação em palestras elucidativas por meio de exemplos em obras literárias, dados estatísticos e depoimentos de pessoas envolvidas com o tema, para que a sociedade civil, em especial os pais de surdos, não seja complacente com a cultura de estereótipos e preconceitos difundida socialmente. Outrossim, o próprio público deficiente deve alertar a outra parte da população sobre seus direitos e suas possibilidades no Estado civil a partir da realização de dias de conscientização na urbe e da divulgação de textos proativos em páginas virtuais, como “Quebrando o Tabu”. Por fim, ativistas políticos devem realizar mutirões no Ministério ou na Secretaria de Educação, pressionando os demiurgos indiferentes a problemática abordada, com o fito de incentivá-los a profissionalizarem adequadamente os professores – para que todos saibam, no mínimo, o básico de Libras – e a efetivarem o estudo da Língua Brasileira de Sinais, por meio da disponibilização de verbas e da criação de políticas</i></p>
---	------	--	--

			<i>públicas convenientes, contrariando a teórica inclusão da primeira escola de surdos brasileira.</i>
10	2018	Manipulação do comportamento do usuário no controle de dados na internet	<i>Infere-se, portanto, que o controle do comportamento dos usuários possui íntima relação com aspectos educacionais e econômicos. Dessa maneira, é imperiosa uma ação do MEC, que deve, por meio da oferta de debates e seminários nas escolas, ensinar os alunos a buscarem informações de fontes confiáveis como artigos científicos e pela checagem de dados, com o fito de estimular o senso crítico e evitar que os estudantes sejam manipulados. Visando ao mesmo objetivo, o MEC pode oferecer a disciplina de educação tecnológica por meio de sua inclusão na Base Comum Curricular, causando um importante impacto na construção da consciência coletiva. Fonte: elaborado pelos autores.</i>

Fonte: elaborado pelos autores.

Para realizar a análise, são feitas as seguintes discussões, considerados os principais atores sociais: oradores e auditório, além do discurso da redação, conforme premissas da retórica aristotélica.

Os oradores são os candidatos do ENEM, sendo a maioria estudantes que estão finalizando o Ensino Médio e que conhecem e dominam, ou deveriam conhecer e dominar, as técnicas para a construção de um texto dissertativo-argumentativo.

Os examinadores compõem o auditório e é preciso salientar que, para cada redação, têm-se dois examinadores capacitados. Como referência para as correções, os examinadores contam com as matrizes de referência do ENEM, tudo para que não haja discrepância entre as pontuações.



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

A redação constitui o discurso, emanada da proposta de redação, que é, geralmente, constituída por três textos motivadores, pelos comandos e pelo problema que é apresentado para que o orador desenvolva a sua proposta de intervenção.

Para se alcançar o objetivo, o candidato deve se atentar ao conceito de proposta de intervenção, que foi citado nesse trabalho, em capítulo anterior. Sempre ficar atento em relação à estrutura do texto, apresentar caráter interventivo que seja de fácil identificação na produção textual (INEP, 2019).

Assim, o candidato deve estar atento à proposta de redação, quanto à sua composição estrutural e de organização de conteúdo para que alcance a nota máxima, e, seguir os critérios das competências exigidas pelo órgão responsável. Os critérios compõem-se de itens como: domínio da Língua Portuguesa; texto deve estar relacionado ao tema proposto; o candidato deve ter capacidade de argumentar sobre os fatos para que produzam sentido no texto; e se ater aos cinco elementos básicos que são: ação, agente, modo/meio, efeito e detalhamento, que devem constituir a proposta de intervenção e são empregados, de forma reunida, na análise dos textos – objeto de estudo da presente investigação.

5.1 Propostas de intervenção – argumentos nota 1000

A seguir, analisamos, individualmente, as propostas de intervenção, ano a ano, considerando três categorias e as formas pelas quais os candidatos as tratam: 1) o responsável pelo surgimento do problema; 2) solução dada ao problema; e 3) o responsável pela solução do problema.

ANO 2009 – Proposta de intervenção

“Por tudo isso, fica claro que o brasileiro deve parar de negar e de rir do evidente problema ético que enfrenta. Trata-se de questões sérias, cujas soluções são difíceis e demoradas, mas não impossíveis. Se a sociedade não se mobilizar imediatamente, chegará o dia em que as piadas alienadas e alienantes resultarão, para a maioria, em risadas de hiena. E, para a minoria privilegiada, imune – ou beneficiada? – à crise ética, restarão apenas olhos marejados.”

a) Responsável pelo surgimento do problema.

O brasileiro: *“fica claro que o brasileiro deve parar de negar e de rir do evidente problema ético que enfrenta”.*

b) Solução dada ao problema proposto para discussão.

Solução generalista: *“Trata-se de questões sérias, cujas soluções são difíceis e demoradas, mas não impossíveis.”*

c) Responsável pela solução do problema.

A sociedade: *“Se a sociedade não se mobilizar imediatamente, chegará o dia em que as piadas alienadas e alienantes resultarão, para a maioria, em risadas de hiena.”*

ANO 2010 – Proposta de intervenção

“Sabendo, portanto, da importância do trabalho na vida das pessoas e dos contrastes existentes no Brasil, deve-se tomar consciência de que o governo precisa dar mais atenção aos menos favorecidos financeiramente. Projetos sociais como o Bolsa Família ajudam, mas o que deve ser feito, na verdade, é investir mais em educação, buscando, assim, erradicar a miséria e a existência do trabalho

desumano. Além disso, provavelmente, uma reforma agrária contribuiria para diminuir a desigualdade social, que é uma realidade que contribui para a existência desse tipo de escravismo.”

a) Responsável pelo surgimento do problema.

O Brasil: *“Sabendo, portanto, da importância do trabalho na vida das pessoas e dos contrastes existentes no Brasil”*

b) Solução dada ao problema proposto para discussão.

Investir na educação: *“o que deve ser feito, na verdade, é investir mais em educação, buscando, assim, erradicar a miséria e a existência do trabalho desumano.”*

c) Responsável pela solução do problema.

O governo: *“deve-se tomar consciência de que o governo precisa dar mais atenção aos menos favorecidos financeiramente.”*

ANO 2011 – Proposta de intervenção

“Dado isso, é essencial que nessa nova era do mundo virtual, os usuários da rede tenham plena consciência de que tornar pública determinadas informações requer cuidado e, acima de tudo, bom senso, para que nem a própria imagem, nem a do próximo possa ser prejudicada. Isso poderia ser feito pelos próprios governos de cada país, e pelas próprias comunidades virtuais através das redes sociais, afinal, se essas revelaram sua eficiência e sucesso como objeto da comunicação, serão, certamente, o melhor meio para alertar os usuários a respeito dos riscos de seu uso e os cuidados necessários para tal.”

Responsável pelo surgimento do problema.

Os usuários da internet: *“os usuários da rede tenham plena consciência de que tornar pública determinadas informações requer cuidado e, acima de tudo, bom senso, para que nem a própria imagem, nem a do próximo possa ser prejudicada”*

a) Solução dada ao problema proposto para discussão.

Alerta e orientação: *“através das redes sociais, afinal, se essas revelaram sua eficiência e sucesso como objeto da comunicação, serão, certamente, o melhor meio para alertar os usuários a respeito dos riscos de seu uso e os cuidados necessários para tal.”*

b) Responsável pela solução do problema.

Governo e comunidade: *“O governo e a comunidade: “Isso poderia ser feito pelos próprios governos de cada país, e pelas próprias comunidades virtuais”*

ANO 2012 - Proposta de intervenção

“Torna-se evidente, portanto, que o país precisa administrar de forma mais consciente a expressiva chegada de imigrantes. Com esse objetivo, além das medidas anteriormente citadas, a criação de uma “cartilha do imigrante” ajudaria no estabelecimento desses indivíduos uma vez que eles ficariam cientes de suas possibilidades, sendo papel do Governo elaborá-la. Com os imigrantes incrementando não só a cultura como a economia, a reação social de transformação em país do futuro, certamente será agilizada.”

a) Responsável/Responsáveis pelo surgimento do problema:

O país como um todo: *“Torna-se evidente, portanto, que o país precisa administrar de forma mais consciente a expressiva chegada de imigrantes.”*



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

b) Solução dada ao problema proposto para discussão:

“Cartilha do imigrante”: *“Com esse objetivo, além das medidas anteriormente citadas, a criação de uma “cartilha do imigrante” ajudaria no estabelecimento desses indivíduos.”*

c) Responsável/Responsáveis pela solução do problema:

O Governo: *“[...]que eles ficariam cientes de suas possibilidades, sendo papel do Governo elaborá-la.”*

ANO 2013 - Proposta de intervenção

“Portanto, medidas precisam ser tomadas a fim de diminuir as perigosas consequências que a bebida alcoólica pode ocasionar aos motoristas. É obrigação do Governo cobrar da Polícia Rodoviária Federal a intensificação da fiscalização da Lei Seca, e papel das escolas de direção ressaltarem, nas aulas, a importância dos alunos em cumprir com esse dever. A mídia também pode colaborar, com campanhas e propagandas que incentive, o cidadão a respeitar essa lei. Dessa maneira, a sociedade brasileira poderá se tranquilizar e aguardar melhorias da conduta de suas futuras gerações no trânsito.”

a) Responsável/Responsáveis pelo surgimento do problema: Motoristas ou Governo Federal: *“É obrigação do Governo cobrar da Polícia Rodoviária Federal a intensificação da fiscalização da Lei Seca, e papel das escolas de direção ressaltarem, nas aulas, a importância dos alunos em cumprir com esse dever.”*

a) Solução dada ao problema proposto para discussão:

A intensificação da fiscalização da Lei Seca: *“É obrigação do Governo cobrar da Polícia Rodoviária Federal a intensificação da fiscalização da Lei Seca.”*

b) Responsável/Responsáveis pela solução do problema:

Governo Federal, Polícia Rodoviária Federal, as escolas e a mídia: *“É obrigação do Governo cobrar da Polícia Rodoviária Federal a intensificação da fiscalização da Lei Seca, e papel das escolas de direção ressaltarem, nas aulas, a importância dos alunos em cumprir com esse dever. A mídia também pode colaborar, com campanhas e propagandas que incentive, o cidadão a respeitar essa lei”.*

ANO 2014 – Proposta de intervenção

“Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega, a propaganda para esse público, visando à proibição de técnicas abusivas e inadequadas. Além disso, é preciso focar na conscientização dessa faixa etária em escolas, com professores que abordem esse assunto de forma compreensível e responsável. Só assim construiremos um sistema que, ao mesmo tempo, consiga vender seus produtos sem obter vantagem abusiva da ingenuidade infantil.”

Responsável/Responsáveis pelo surgimento do problema:

O Governo: *“Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega,*

a propaganda para esse público, visando à proibição de técnicas abusivas e inadequadas.”

a) Solução dada ao problema proposto para discussão:

Uma ampliação da legislação atual: *“Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega, a propaganda para esse público, visando à proibição de técnicas abusivas e inadequadas”.*

b) Responsável/Responsáveis pela solução do problema:

Governo, escolas e professores: *“Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega, a propaganda para esse público, visando à proibição de técnicas abusivas e inadequadas. Além disso, é preciso focar na conscientização dessa faixa etária em escolas, com professores que abordem esse assunto de forma compreensível e responsável”.*

Ano 2015 – Proposta de intervenção

“Assim, é imprescindível que medidas sejam tomadas para a compleição de uma democracia justa e igualitária em sua plenitude. Desse modo, cabe ao Governo tornar mais rígida a legislação concernente ao bem-estar do sexo feminino, tomando as devidas providências quando algo estiver em desacordo com o que prega a Lei; às escolas, cabe o dever de instruir as gerações futuras quanto à igualdade entre os cidadãos de uma democracia, conscientizando-os do caráter absurdo presente em atos discriminatórios e agressivos. Por fim, lança-se um apelo às vítimas, ressaltando-se que a denúncia é a forma mais eficiente de se combater o problema. Afinal, à guisa de Simone de Beauvoir, o opressor não seria tão forte se não encontrasse cúmplices entre os próprios oprimidos.”

a) Responsáveis pelo surgimento do problema

Cidadãos: *“instruir as gerações futuras quanto à igualdade entre os cidadãos de uma democracia, conscientizando-os do caráter absurdo presente em atos discriminatórios e agressivos.”*

b) Solução dada ao problema proposto para discussão

Denunciar: *“Por fim, lança-se um apelo às vítimas, ressaltando-se que a denúncia é a forma mais eficiente de se combater o problema.”*

c) Responsável pela solução do problema

Governo: *“[...]cabe ao Governo tornar mais rígida a legislação concernente ao bem-estar do sexo feminino...”*

Ano 2016 – Proposta de intervenção

“Portanto, para que práticas discursivas e transformadoras sejam estabelecidas sobre a intolerância religiosa, deve-se desconstruir a moral de unicidade lógica, permitindo uma amplitude de crenças. Para isso, o Estado precisa cumprir com eficiência seu Código Penal, implementando leis se necessário. Políticas públicas educacionais devem ser engendradas em escolas e universidades, viabilizando aulas de diversidade social e campanhas comunitárias de exaltação de religiões distintas. Por fim, debates necessitam ser promovidos em meios virtuais (redes sociais) e físicos (instituições públicas), visando a uma superação de preconceitos no âmbito, e um conforto psicológico a afetados negativamente.”



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

a) Responsável pelo surgimento do problema

Pessoas religiosas preconceituosas: *“Portanto, para que práticas discursivas e transformadoras sejam estabelecidas sobre a intolerância religiosa, deve-se desconstruir a moral de unicidade lógica, permitindo uma amplitude de crenças”.*

b) Solução dada ao problema proposto para discussão:

Medidas socioeducativas: *“Políticas públicas educacionais devem ser engendradas em escolas e universidades, viabilizando aulas de diversidade social e campanhas comunitárias de exaltação de religiões distintas.”*

c) Responsável pela solução do problema:

Estado: *“o Estado precisa cumprir com eficiência seu Código Penal, implementando leis se universidades [...]”.*

Ano 2017 - Proposta de intervenção

“Diante do exposto, cabe às instituições de ensino com proatividade o papel de deliberar acerca dessa limitação em palestras elucidativas por meio de exemplos em obras literárias, dados estatísticos e depoimentos de pessoas envolvidas com o tema, para que a sociedade civil, em especial os pais de surdos, não seja complacente com a cultura de estereótipos e preconceitos difundida socialmente. Outrossim, o próprio público deficiente deve alertar a outra parte da população sobre seus direitos e suas possibilidades no Estado civil a partir da realização de dias de conscientização na urbe e da divulgação de textos proativos em páginas virtuais, como “Quebrando o Tabu”. Por fim, ativistas políticos devem realizar mutirões no Ministério ou na Secretaria de Educação, pressionando os demiurgos indiferentes a problemática abordada, com o fito de incentivá-los a profissionalizarem adequadamente os professores – para que todos saibam, no mínimo, o básico de Libras – e a efetivarem o estudo da Língua Brasileira de Sinais, por meio da disponibilização de verbas e da criação de políticas públicas convenientes, contrariando a teórica inclusão da primeira escola de surdos brasileira.”

a) Responsável pelo surgimento do problema:

Sociedade civil: *“[...] para que a sociedade civil, em especial os pais de surdos, não seja complacente com a cultura de estereótipos e preconceitos difundida socialmente.”*

b) Solução dada ao problema proposto para discussão:

Debates: *“Diante do exposto, cabe às instituições de ensino com proatividade o papel de deliberar acerca dessa limitação em palestras elucidativas por meio de exemplos em obras literárias, dados estatísticos e depoimentos de pessoas envolvidas com o tema.”*

c) Responsável pela solução do problema

População: *“[...]’o próprio público deficiente deve alertar a outra parte da população sobre seus direitos e suas possibilidades no Estado civil a partir da realização de dias de conscientização’ ... ‘devem realizar mutirões no Ministério ou na Secretaria de Educação, pressionando os demiurgos indiferentes a problemática abordada, com o fito de incentivá-los a profissionalizarem adequadamente os professores’[...]”.*

Ano 2018 - Proposta de intervenção

“Inferese, portanto, que o controle do comportamento dos usuários possui íntima relação com aspectos educacionais e econômicos. Dessa maneira, é imperiosa uma ação do MEC, que deve, por meio da oferta de debates e seminários nas escolas, ensinar os alunos a buscarem informações de fontes confiáveis como artigos científicos e pela checagem de dados, com o fito de estimular o senso crítico e evitar que os estudantes sejam manipulados. Visando ao mesmo objetivo, o MEC pode oferecer a disciplina de educação tecnológica por meio de sua inclusão na Base Comum Curricular, causando um importante impacto na construção da consciência coletiva. Assim, observar-se-ia uma população mais crítica e menos iludida.”

a) Responsável pelo surgimento do problema:

Comportamento do usuário: *“Inferese, portanto, que o controle do comportamento dos usuários possui íntima relação com aspectos educacionais e econômicos.”*

b) Solução dada ao problema proposto para discussão:

Debates e seminários: *“é imperiosa uma ação do MEC, que deve, por meio da oferta de debates e seminários nas escolas, ensinar os alunos a buscarem informações de fontes confiáveis como artigos científicos e pela checagem de dados.”*

c) Responsável pela solução do problema:

MEC: *“Visando ao mesmo objetivo, o MEC pode oferecer a disciplina de educação tecnológica por meio de sua inclusão na Base Comum Curricular, causando um importante impacto na construção da consciência coletiva.”*

Ao entender os estudos sobre premissa, em Aristóteles, aqui aplicados e percorridos pelos conceitos de *logos*, *pathos* e *ethos*, pode-se afirmar que o candidato está orientado sobre a necessidade de direcionar seu discurso na proposta de intervenção. Dessa forma, o auditório será contemplado, tanto na compreensão da dimensão do problema a ser resolvido, como na solução do mesmo.

O candidato escreve a partir da imagem que possui dos examinadores, tendo em vista resultados e reflexões sobre exames que aconteceram em anos anteriores. Da mesma forma, os candidatos demonstram conhecer as regras, a partir do conhecimento do manual do candidato e de todas as referências, antecipadas pelo ENEM.

Ciente de que o domínio das orientações irá trazer o resultado necessário para alcançar a nota 1000, em sua redação, o candidato deve reconhecer todo o âmbito das questões sociais, econômicas e políticas, para que, com sua proposta, não interfira/macule as ações humanitárias referentes aos direitos que protegem o ser humano, na regência das obrigações de cidadão, e na diretriz que atenda sua proteção.

Constata-se que o participante conhece o processo que envolve a prova de redação, tanto nos trâmites burocráticos do ENEM, como nas questões específicas de linguagem, argumentos, seleção e organização textual. Está atento a obedecê-lo integralmente.

Nesse sentido, é necessário que os docentes do ensino médio estejam sempre capacitados nas normalizações do INEP sobre a prova do ENEM e discutam e orientem seus estudantes. O histórico das provas é material que deve ser estudado. Redações bem-sucedidas devem ser objeto de análise, quanto à estrutura e também a conteúdo. Os estudantes da educação básica devem ser subsidiados com muitas leituras de perspectivas diferentes, assim como de áreas de conhecimento complementares. Além disso, as produções textuais são essenciais e devem ser



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

realizadas constantemente.

6 Considerações finais

Ao retomar o objetivo geral da investigação, que é analisar os argumentos de dez propostas de intervenções de redações do ENEM (2009-2018), a fim de verificar como colaboraram para o desempenho de nota mil, constatam-se as considerações seguintes.

Inicialmente, para alcançar a nota 1000, o estudante elabora seu posicionamento e se mostra conhecedor do tema, demonstra saber identificar o problema, a partir da coletânea de textos dada pela proposta de redação. Constrói o texto argumentativo e, principalmente a imagem de um autor.

O estudante reflete sobre a finalidade do texto que será escrito, partindo da invenção, disposição, elocução e ação, características presentes na retórica de Aristóteles e próprias de uma estrutura dissertativo-argumentativa, anualmente, requerida nas provas do ENEM.

Especialmente, nas propostas de intervenção das redações, o estudante atribui as causas dos problemas, majoritariamente, à própria sociedade ou ao governo, e decorrentes de ausência de ações sociais, políticas ou econômicas. Existe um distanciamento do candidato com o problema constituído. Na construção discursiva da redação, o estudante faz uso da terceira pessoa, retirando-se da posição de responsável pelo problema. Nesse sentido, o candidato assume o papel de gerar questionamentos para um problema, que, a princípio é alheio a ele. O estudante atua como mero observador da realidade. Há o predomínio da objetividade sobre a subjetividade, o que faz pensar sobre as questões de um positivismo científico, ou seja, um predomínio da razão sobre a emoção.

Os candidatos sugerem que as soluções para os problemas devem vir das instituições: políticas, educacionais, midiáticas, por meio de políticas públicas, leis etc.. Da mesma forma pela qual o estudante não participa da responsabilidade pelo surgimento do problema, ele também se distancia das soluções possíveis. O enunciado produzido pelo candidato, quanto à solução do problema, parece ordenado para apontar as formas e os atores sociais que devem resolvê-lo.

Para alcançar o resultado máximo, os participantes da prova precisam conhecer suas regras e as cinco competências exigidas, sendo elas: o domínio da língua portuguesa, o tipo textual pedido, a argumentatividade, a construção da coesão e a proposta de intervenção. É notável o alinhamento dos candidatos e examinadores, ambos possuem o conhecimento de tais requisitos para alcançar e atribuir nota mil.

Reitera-se, assim, que, em todas as redações analisadas, existe o domínio da Língua Portuguesa e a organização das ideias e dos argumentos. Entretanto, os participantes, no discurso, não se reconhecem como produtores dos problemas, tampouco como responsáveis pela solução, deixando essas responsabilidades para o governo e outras instituições sociais.

Enfim, a nota 1000 atribuída às redações analisadas justifica-se pela escrita que correlaciona interdiscursos entre ciência, filosofia, sociologia, psicologia, literatura e outras especificidades de cada temática. O participante demonstra saber processar reflexões interdisciplinares. Domina o código linguístico e o tipo de texto selecionado e, especialmente, nas propostas de intervenção, provê uma retomada

CRUZ, D. R.; ULIAN, R. G.; RIBEIRO, R. F.; OLIVEIRA, S. F. P.

das discussões anteriores, de forma sistemática, reconhecendo o problema e conhecendo os atores responsáveis por sua construção, assim como as formas de resolvê-lo e os responsáveis. As sistemáticas de solução aparecem subsidiadas em questões lógicas, para além de utopias e de sonhos. O participante, com evidência, demonstra bagagem em leitura e em produção textual. Seguramente, teve formação e orientação que perpassou por profissionais educadores capacitados para politizar os candidatos. O processo crítico-histórico vivenciado pelo participante facilitou momentos de desvelamento da realidade e, conseqüentemente, possibilidades de sugerir soluções exequíveis.

Referências

CITELLI, Adilson. A tradição retórica. In: _____. *Linguagem e persuasão*. São Paulo. Ática, 2002. p. 7-21.

FERREIRA, Luiz Antônio. A dimensão da escrita na escola. In: FERREIRA, Luiz Antônio (Org.). *Retórica, escrita e autoria na escola*. São Paulo: Edgard Bluncher, 2018. p. 23-36.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre. Mediação. 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Enem*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 01 ago. 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça. Discurso e Argumentação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUC-RS, 1983. p. 7-16.

MAURO, Maria Adelaide Ferreira. Argumentação e discurso: velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. Humanitas/ FFLCH/USP, 2001. p. 183-200.

MENDES, Eliana Amarante de M.. Emoção e falácias: a retórica de Adolf Hitler. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, (4), 24-34. EID&A, n. 4, jan/jun.2013. Disponível em <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/418>. Acesso em: 5 ago. 2020.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____. *Retóricas de ontem e de hoje*. Humanitas/ FFLCH/USP, 2001. p. 17-54.

NAVARRO, Aidil Soares; SBROGGIO, Fernanda Martin. O processo de ensino-aprendizagem de leitura e de escrita sob o viés retórico-argumentativo. In: FERREIRA, Luiz Antônio (Org.). *Retórica, escrita e autoria na escola*. São Paulo: Edgard Bluncher,

[Digite texto]



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

2018. p. 13-22.

PAIXÃO, Claudiane Reis da. *Avaliação*. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2016.

PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre. Artmed, 2002.

PIOVEZAN, Elioenai dos Santos; PIOVEZAN, Roberta de Souza. Autoria e retórica em produções escritas na escola. In: FERREIRA, Luiz Antônio (Org.). *Retórica, escrita e autoria na escola*. São Paulo: Edgard Bluncher, 2018. p. 63-80.

GIORDAN, Isabela. 10 modelos de redação nota 1000 do Enem desde 2009. *Revista Quero Bolsa*, out. 2019. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/10-modelos-de-redacao-nota-1000-do-enem>. Acesso em: 5 abr. 2020.

ANEXO A – REDAÇÕES NOTA 1000 – DE 2009 A 2018

Enem 2009 – REDAÇÃO NOTA 1000 – EXEMPLO Tema: "O indivíduo frente à ética nacional"

O Brasil tem enfrentado, com frequência, problemas sérios e até constrangedores, como os elevados índices de violência, pobreza e corrupção – três mazelas fundamentais que servem para ilustrar uma lista bem mais longa. Porém, mesmo diante dessa triste realidade, boa parte dos brasileiros parece não se constranger – e, talvez, nem se incomodar –, preferindo fingir que nada está ocorrendo. Em um cenário marcado pela passividade, é preciso que a sociedade se posicione frente à ética nacional, de forma a honrar seus direitos e valores humanos e, assim, evitar o pior.

Na época da ditadura militar, grande parte da população vivia inconformada com a atuação de um governo opressor, afinal, com as restrições à liberdade de expressão, não era possível emitir opiniões sem medir os riscos de violentas repressões. Apesar de uma conjuntura tão desfavorável para manifestações, muitos foram os movimentos populares em busca de mudanças, mesmo com as limitações na atuação da mídia. Talvez a sensação de um Brasil melhor hoje ajude a explicar a inércia da sociedade diante da atual crise de valores na política e em todas as camadas da população.

Muitos não percebem, mas esse panorama cria um paradoxo perverso: depois de tanto sangue derramado pelo direito de expressar opiniões e participar das decisões políticas, o indivíduo se cala diante da crise moral contemporânea. Nesse contexto, protestos se transformam em lamúrias, lamentações em voz baixa, que ninguém ouve – e talvez nem queira ouvir. Ou então em piadas, “ótimo” recurso cultural para sorrir e se alienar frente à falta de uma postura virtuosa. Assim, apesar de viver em um país democrático, o brasileiro guarda seus direitos – e os dos outros – no bolso da calça, pelo menos quando tem uma para vestir.

CRUZ, D. R.; ULIAN, R. G.; RIBEIRO, R. F.; OLIVEIRA, S. F. P.

Para que o indivíduo não se dispa de sua cidadania, é preciso honrar o sistema democrático do país. Nesse contexto, o povo deve ir às ruas, de modo pacífico, para exigir uma mudança de postura do poder público. Além disso, a mobilização deve agir na direção de quem mais necessita, ajudando, educando e oferecendo oportunidades para excluídos, que vivem à margem da vida social, abaixo da linha da humanidade. Para tudo isso, entretanto, é preciso uma mudança prévia de mentalidade, uma retomada de valores humanos esquecidos, que só será possível com a ajuda da família, das escolas e até mesmo da mídia.

Por tudo isso, fica claro que o brasileiro deve parar de negar e de rir do evidente problema ético que enfrenta. Trata-se de questões sérias, cujas soluções são difíceis e demoradas, mas não impossíveis. Se a sociedade não se mobilizar imediatamente, chegará o dia em que as piadas alienadas e alienantes resultarão, para a maioria, em risadas de hiena. E, para a minoria privilegiada, imune – ou beneficiada? – à crise ética, restarão apenas olhos marejados.

Enem 2010 – REDAÇÃO NOTA 1000 – EXEMPLO

Tema: "O trabalho na construção da dignidade humana"

Depois de inúmeras mudanças na sociedade, vive-se, hoje, um momento em que há, por parte de muitas pessoas, uma crescente busca pela realização profissional. Para elas, a profissão, muitas vezes, pode ter um grande significado na construção de sua identidade. Há, porém, aquelas pessoas que, sem ter escolha, aceitam qualquer trabalho como forma de sobrevivência, submetendo-se, assim, à desvalorização da sua humanidade.

O Brasil é um país que vem crescendo, principalmente nas últimas décadas. Essa crescente evolução traz uma tendência trabalhadora ao povo, que, por querer acompanhar o desenvolvimento, busca, cada vez mais, melhores empregos e salários, a fim de viver mais e melhor. Observa-se, nesse contexto, que o trabalho ganhou um valor de dignificação, já que, hoje, o fato de ter um emprego gera condições para uma boa vida.

Embora se observe esse grande desenvolvimento na nação brasileira, muitos defeitos permanecem inseridos nela. Alguns deles são a concentração de terras nas mãos de poucos e a enorme desigualdade social. Ambos favorecem a existência de pessoas que são obrigadas a se submeterem a trabalhos escravos, por exemplo.

Sabendo, portanto, da importância do trabalho na vida das pessoas e dos contrastes existentes no Brasil, deve-se tomar consciência de que o governo precisa dar mais atenção aos menos favorecidos financeiramente. Projetos sociais como o Bolsa Família ajudam, mas o que deve ser feito, na verdade, é investir mais em educação, buscando, assim, erradicar a miséria e a existência do trabalho desumano. Além disso, provavelmente, uma reforma agrária contribuiria para diminuir a desigualdade social, que é uma realidade que contribui para a existência desse tipo de escravismo.

Enem 2011 – REDAÇÃO NOTA 1000 – EXEMPLO

Tema: "Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado"

Redes sociais: o uso exige cautela



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

Uma característica inerente às sociedades humanas é sempre buscar novas maneiras de se comunicar: cartas, telegramas e telefonemas são apenas alguns dos vários exemplos de meios comunicativos que o homem desenvolveu com base nessa perspectiva. E, atualmente, o mais recente e talvez o mais fascinante desses meios, são as redes virtuais, consagradas pelo uso, que se tornam cada vez mais comuns.

Orkut, Twiter e Facebook são alguns exemplos das redes sociais (virtuais) mais acessadas do mundo e, convenhamos, a popularidade das mesmas se tornou tamanha que não ter uma página nessas redes é praticamente como não estar integrado ao atual mundo globalizado. Através desse novo meio as pessoas fazem amizades pelo mundo inteiro, compartilham ideias e opiniões, organizam movimentos, como os que derrubaram governos autoritários no mundo árabe e, literalmente, se mostram para a sociedade. Nesse momento é que nos convém cautela e reflexão para saber até que ponto se expor nas redes sociais representa uma vantagem.

Não saber os limites da nossa exposição nas redes virtuais pode nos custar caro e colocar em risco a integridade da nossa imagem perante a sociedade. Afinal, a partir do momento em que colocamos informações na rede, foge do nosso controle a consciência das dimensões de até onde elas podem chegar. Sendo assim, apresentar informações pessoais em tais redes pode nos tornar um tanto quanto vulneráveis moralmente.

Percebemos, portanto, que o novo fenômeno das redes sociais se revela como uma eficiente e inovadora ferramenta de comunicação da sociedade, mas que traz seus riscos e revela sua faceta perversa àqueles que não bem distinguem os limites entre as esferas públicas e privadas “jogando” na rede informações que podem prejudicar sua própria reputação e se tornar objeto para denegrir a imagem de outros, o que, sem dúvidas, é um grande problema.

Dado isso, é essencial que nessa nova era do mundo virtual, os usuários da rede tenham plena consciência de que tornar pública determinadas informações requer cuidado e, acima de tudo, bom senso, para que nem a própria imagem, nem a do próximo possa ser prejudicada. Isso poderia ser feito pelos próprios governos de cada país, e pelas próprias comunidades virtuais através das redes sociais, afinal, se essas revelaram sua eficiência e sucesso como objeto da comunicação, serão, certamente, o melhor meio para alertar os usuários a respeito dos riscos de seu uso e os cuidados necessários para tal.

Enem 2012 – REDAÇÃO NOTA 1000 – EXEMPLO

Tema: "O movimento imigratório para o Brasil no século XXI" Catalisador estrangeiro

No final do século XX, o país passou por um período de grande prosperidade econômica que ficou conhecido como "Milagre econômico". O otimismo gerado por essa conjuntura traduziu-se em uma frase que permanece, até hoje, na cultura popular: "Brasil: o país do futuro". O crescente número de imigrantes que buscam terra tupiniquins, porém, revela que talvez o futuro esteja próximo de chegar. Dessa forma, é preciso enxergar a oportunidade de crescimento que tal fenômeno representa e propor medidas que maximizem os benefícios e minimizem os

problemas.

Em um primeiro plano, deve-se entender que o aumento do contingente populacional gera uma série de problemas para o local de destino. Nesse sentido, a qualidade dos sistemas de saúde, segurança e educação que já não é ideal, no país, torna-se ainda mais precária caso não haja a definição do limite de absorção de imigrantes por cidade. Logo, faz-se necessário a ampliação da fiscalização das fronteiras do país pelas forças armadas para que haja maior controle do número de pessoas que desejam viver no país, além de uma melhor administração do local de destino, evitando locais que já apresentam inchaço populacional.

Entretanto, ainda que haja um limite de indivíduos, aqueles que aqui se estabelecem não são inseridos na sociedade e acabam por incrementar o setor informal da economia, quando poderiam contribuir para o crescimento do país, principalmente em setores onde há carência de profissionais, como na construção civil. Para amenizar ta quadro, as ONG's poderiam oferecer cursos de profissionalização aos imigrantes, aproximando-os da dinâmica social do país. Afinal, não basta oferecer apenas água e alimentos como fez o governo no caso da chegada de 500 haitianos no Acre, ano passado.

Torna-se evidente, portanto, que o país precisa administrar de forma mais consciente a expressiva chegada de imigrantes. Com esse objetivo, além das medidas anteriormente citadas, a criação de uma "cartilha do imigrante" ajudaria no estabelecimento desses indivíduos uma vez que eles ficariam cientes de suas possibilidades, sendo papel do Governo elaborá-la. Com os imigrantes incrementando não só a cultura como a economia, a reação social de transformação em país do futuro, certamente será agilizada.

Enem 2013 – REDAÇÃO NOTA 1000 - EXEMPLO **Tema: "Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil"**

O automóvel foi uma das grandes invenções do homem. Ao longo dos anos, a espécie humana foi se organizando em sociedade e desenvolvendo meios para facilitar seu deslocamento. Dessa forma, o sistema rodoviário foi implantado e sendo, progressivamente, aprimorado no território brasileiro. A intensificação desse processo gerou maior mobilidade á população, mas também possibilitou a ocorrência de eventuais ações maléficas por parte dos cidadãos, como o ato de dirigir após consumir bebida alcoólica. A Lei Seca, atual medida adotada pelo Governo brasileiro, coloca em evidência a necessidade de se discutir sobre a segurança o trânsito.

O ato de dirigir é semelhante ao de se praticar um esporte. Nele, realizam-se movimentos que estimulam a coordenação motora do individuo, capacitando-o para exercer determinada atividade. Porém, conduzir um carro é uma prática coletiva, pois é preciso e noção e competência para um bom desempenho próprio. e também atenção para com o comportamento dos outros ao volante. Vista essa complexidade, dirigir embriagado é um comportamento brutal, um vez que a bebida afeta negativamente o controle do homem sobre si. A criação da Lei Seca foi de grande importância para organizar esse quadro, e vem apontando estatísticas gradualmente satisfatórias na redução de vítimas de acidentes de trânsito.

Contudo, muitos ainda se posicionam contra a lei mencionada, mas os mesmos não cogitam que ela foi colocada em vigor por um bem maior. É compreensível o descontentamento das pessoas que são impossibilitadas de beber socialmente porque o bafômetro alega quantidades ingeridas que, para elas, são



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

baixas e nocivas ao ideias desempenho do organismo. Entretanto, é fundamental que o ser humano compreenda que prezar pela vida de seus semelhantes é mais importante do que atingir um prazer pessoa, e é a partir desse princípio que leis como a Lei Seca, devem ser respeitadas.

Portanto, medidas precisam ser tomadas a fim de de diminuir as perigosas consequências que a bebida alcoólica pode ocasionar aos motoristas. É obrigação do Governo cobrar da Polícia Rodoviária Federal a intensificação da fiscalização da Lei Seca, e papel das escolas de direção ressaltarem, nas aulas, a importância dos alunos em cumprir com esse dever. A mídia também pode colaborar, com campanhas e propagandas que incentive, o cidadão a respeitar essa lei. Dessa maneira, a sociedade brasileira poderá se tranquilizar e aguardar melhorias da conduta de suas futuras gerações no trânsito.

Enem 2014 – REDAÇÃO NOTA 1000 - EXEMPLO
Tema: "Publicidade infantil em questão no Brasil"
O verdadeiro preço de um brinquedo

É comum vermos comerciais direcionados ao público infantil. Com a existência de personagens famosos, músicas para crianças e parques temáticos, a indústria de produtos destinados a essa faixa etária cresce de forma nunca vista antes. No entanto, tendo em vista a idade desse público, surge a pergunta: as crianças estariam preparadas para o bombardeio de consumo que as propagandas veiculam?

Há quem duvide da capacidade de convencimento dos meios de comunicação. No entanto, tais artifícios já foram responsáveis por mudar o curso da História. A imprensa, no século XVIII, disseminou as ideias iluministas e foi uma das causas da queda do absolutismo. Mas não é preciso ir tão longe: no Brasil redemocratizado, as propagandas políticas e os debates eleitorais são capazes de definir o resultado de eleições. É impossível negar o impacto provocado por um anúncio ou uma retórica bem estruturada.

O problema surge quando tal discurso é direcionado ao público infantil. Comerciais para essa faixa etária seguem um certo padrão: enfeitados por músicas temáticas, as cenas mostram crianças, em grupo, utilizando o produto em questão. Tal manobra de “marketing” acaba transmitindo a mensagem de que a aceitação em seu grupo de amigos está condicionada ao fato dela possuir ou não os mesmos brinquedos que seus colegas. Uma estratégia como essa gera um ciclo interminável de consumo que abusa da pouca capacidade de discernimento infantil.

Fica clara, portanto, a necessidade de uma ampliação da legislação atual a fim de limitar, como já acontece em países como Canadá e Noruega, a propaganda para esse público, visando à proibição de técnicas abusivas e inadequadas. Além disso, é preciso focar na conscientização dessa faixa etária em escolas, com professores que abordem esse assunto de forma compreensível e responsável. Só assim construiremos um sistema que, ao mesmo tempo, consiga vender seus produtos sem obter vantagem abusiva da ingenuidade infantil.

Enem 2015 – REDAÇÃO NOTA 1000 - EXEMPLO

**Tema: "A persistência da violência contra a mulher no Brasil"
Desconstruindo ideologias: sob a égide da democracia**

O preconceito contra o sexo feminino é um problema que assola o cotidiano pós-moderno, sendo inúmeras as formas por meio das quais tal discriminação se apresenta. Seja por meio da violência física, psicológica, sexual ou patrimonial, as mulheres têm sofrido nas mãos de agressores que veem no sexo feminino um elemento "frágil", ideologia que é a completa antítese das democracias contemporâneas, supostamente liberais e igualitárias. Nesse contexto, deve-se discutir a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Desde os primórdios da civilização, foi criado um estereótipo que reservava às mulheres apenas as funções domésticas e de procriação, excluindo a possibilidade de seu ingresso nas esferas da política ou mesmo do trabalho. Todavia, tal estereótipo vem sendo desconstruído, ao passo que as mulheres conquistam mais espaço nas relações sociais, políticas e econômicas ao redor do mundo. Toma-se como exemplo as lideranças políticas alemã, argentina e, principalmente, brasileira: hoje, tais cargos são exercidos por mulheres, realidade improvável há algumas décadas.

Todavia, ideologias preconceituosas e agressivas ainda são inerentes à sociedade brasileira, constituindo um entrave ao progresso da nação como um todo. Este quadro se torna evidente ao serem apresentados dados disponibilizados no site da revista "Istoé": no período de setembro de 2006 a março de 2011, mais de 330 mil processos com base na Lei Maria da Penha foram instaurados nos juizados e varas especializados. É no mínimo incoerente que, em pleno século XXI, junto a um cenário pautado pelas ideias de igualdade e liberdade como base fundamental de toda e qualquer democracia, ainda existam milhares de mulheres sofrendo por agressões de natureza absolutamente injustificável.

Assim, é imprescindível que medidas sejam tomadas para a compleição de uma democracia justa e igualitária em sua plenitude. Desse modo, cabe ao Governo tornar mais rígida a legislação concernente ao bem-estar do sexo feminino, tomando as devidas providências quando algo estiver em desacordo com o que prega a Lei; às escolas, cabe o dever de instruir as gerações futuras quanto à igualdade entre os cidadãos de uma democracia, conscientizando-os do caráter absurdo presente em atos discriminatórios e agressivos. Por fim, lança-se um apelo às vítimas, ressaltando-se que a denúncia é a forma mais eficiente de se combater o problema. Afinal, à guisa de Simone de Beauvoir, o opressor não seria tão forte se não encontrasse cúmplices entre os próprios oprimidos.

Enem 2016 – REDAÇÃO NOTA 1000 - EXEMPLO

Tema: "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil" Intolerância religiosa: um problema moral e ético no Brasil

A obra "Entre Quatro Paredes", do filósofo Jean-Paul Sartre, o protagonista Garcin declara: "o inferno é os outros". Desse modo, destaca sua insatisfação de viver socialmente, vista a multiplicidade de comportamentos humanos – sobretudo, aqueles que exaltam preconceitos. Esse sentido de inconformidade é, coerentemente, aplicável ao contexto brasileiro religioso, já que há uma diversidade de casos de intolerância no âmbito. Essa problemática revela inúmeras facetas



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

(insultos, violências simbólica e física, e até mortes), exigindo atenção a seu panorama sociocultural – grandemente negligenciado.

De acordo com o historiador Sérgio Buarque de Hollanda, as raízes de formação do pensamento brasileiro são denotadas por uma cordialidade. Isso permite que preconceitos como a intolerância religiosa sejam tratados de forma velada. Entretanto, essas idiosincrasias se repetem com frequências consideráveis, refletindo uma postura de negação à variedade de crenças, a qual foi construída desde os colonizadores europeus. Escárnios, depredações de objetos simbólicos e violências são consequências diretas dessa dinâmica.

Analisando mais profundamente o contexto brasileiro, percebe-se que a intolerância religiosa manifesta-se quase indissociável à cultura, pois, segundo o sociólogo Pierre de Bourdieu, as estruturas sociais são internalizadas pelos indivíduos. Nesse ínterim, religiões de matrizes africanas ou asiáticas são desvalorizadas para darem voz ao eurocentrismo, assim como outras diversidades de fé são marcadas por tons segregacionistas e cerceadores de direitos e liberdades. A lógica foucaultiana de “vigiar e punir” é empregada indiscriminadamente, condenando crenças individuais – embora essa temática seja pouco abordada, em razão da cordialidade.

Portanto, para que práticas discursivas e transformadoras sejam estabelecidas sobre a intolerância religiosa, deve-se desconstruir a moral de unicidade lógica, permitindo uma amplitude de crenças. Para isso, o Estado precisa cumprir com eficiência seu Código Penal, implementando leis se necessário. Políticas públicas educacionais devem ser engendradas em escolas e universidades, viabilizando aulas de diversidade social e campanhas comunitárias de exaltação de religiões distintas. Por fim, debates necessitam ser promovidos em meios virtuais (redes sociais) e físicos (instituições públicas), visando a uma superação de preconceitos no âmbito, e um conforto psicológico a afetados negativamente.

Enem 2017 – REDAÇÃO NOTA 1000 - EXEMPLO

Tema: "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil"

No Brasil, o início do processo de educação de surdos remonta ao Segundo Reinado. No entanto, esse ato não se configurou como inclusivo, já que se caracterizou pelo estabelecimento de um “apartheid” educacional, ou seja, uma escola exclusiva para tal público, segregando-o dos que seriam considerados “normais” pela população. Assim, notam-se desafios ligados à formação educacional das pessoas com dificuldade auditiva, seja por estereotipação da sociedade civil, seja por passividade governamental. Portanto, haja vista que a educação é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do referido público e, logo, da nação, ela deve ser efetivada aos surdos pelos agentes adequados, a partir da resolução dos entraves vinculados a ela.

Sob esse viés, pode-se apontar como um empecilho à implementação desse direito, reconhecido por mecanismos legais, a discriminação enraizada em parte da sociedade, inclusive dos próprios responsáveis por essas pessoas com limitação. Isso pode ser explicado segundo o sociólogo Talcott Parsons, o qual diz que a família é uma máquina que produz personalidades humanas, o que legitima a ideia de que o preconceito por parte de muitos pais dificulta o acesso à educação pelos

surdos. Tal estereótipo está associado a uma possível invalidez da pessoa com deficiência e é procrastinado, infelizmente, desde o Período Clássico grego, em que deficientes eram deixados para morrer por serem tratados como insignificantes, o que dificulta, ainda hoje, seu pleno desenvolvimento e sua autonomia.

Além do mais, ressalte-se que o Poder Público incrementou o acesso do público abordado ao sistema educacional brasileiro ao tornar a Libras uma língua secundária oficial e ao incluí-la, no mínimo, à grade curricular pública. Contudo, devido à falta de fiscalização e de políticas públicas ostensivas por parte de algumas gestões, isso não é bem efetivado. Afinal, dados estatísticos mostram que o número de brasileiros com deficiência auditiva vem diminuindo tanto em escolas inclusivas – ou bilíngues –, como em exclusivas, a exemplo daquela criada no Segundo Reinado. Essa situação abjeta está relacionada à inexistência ou à incipiência de professores que dominem a Libras e à carência de aulas proficientes, inclusivas e proativas, o que deveria ser atenuado por meio de uma maior gerência do Estado nesse âmbito escolar.

Diante do exposto, cabe às instituições de ensino com proatividade o papel de deliberar acerca dessa limitação em palestras elucidativas por meio de exemplos em obras literárias, dados estatísticos e depoimentos de pessoas envolvidas com o tema, para que a sociedade civil, em especial os pais de surdos, não seja complacente com a cultura de estereótipos e preconceitos difundida socialmente. Outrossim, o próprio público deficiente deve alertar a outra parte da população sobre seus direitos e suas possibilidades no Estado civil a partir da realização de dias de conscientização na urbe e da divulgação de textos proativos em páginas virtuais, como “Quebrando o Tabu”. Por fim, ativistas políticos devem realizar mutirões no Ministério ou na Secretaria de Educação, pressionando os demiurgos indiferentes a problemática abordada, com o fito de incentivá-los a profissionalizarem adequadamente os professores – para que todos saibam, no mínimo, o básico de Libras – e a efetivarem o estudo da Língua Brasileira de Sinais, por meio da disponibilização de verbas e da criação de políticas públicas convenientes, contrariando a teórica inclusão da primeira escola de surdos brasileira.

Enem 2018 – REDAÇÃO NOTA 1000 – EXEMPLO

"Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet"

É fato que a tecnologia revolucionou a vida em sociedade nas mais variadas esferas, a exemplo da saúde, dos transportes e das relações sociais. No que concerne ao uso da internet, a rede potencializou o fenômeno da massificação do consumo, pois permitiu, por meio da construção de um banco de dados, oferecer produtos de acordo com os interesses dos usuários. Tal personalização se observa, também, na divulgação de informações que, dessa forma, se tornam, muitas vezes, tendenciosas. Nesse sentido, é necessário analisar tal quadro, intrinsecamente ligado a aspectos educacionais e econômicos.

É importante ressaltar, em primeiro plano, de que forma o controle de dados na internet permite a manipulação do comportamento dos usuários. Isso ocorre, em grande parte, devido ao baixo senso crítico da população, fruto de uma educação tecnicista, na qual não há estímulo ao questionamento. Sob esse âmbito, a internet se aproveita de tal vulnerabilidade e, por intermédio de uma análise dos sites mais

[Digite texto]



REDAÇÃO NOTA 1000: argumentos de propostas de intervenções em redações do ENEM 2009- 2018

visitados por determinado indivíduo, modela o modo de pensar dos cidadãos. Nessa perspectiva, uma analogia com a educação libertadora de Paulo Freire mostra-se possível, uma vez que o pedagogo defendia um ensino capaz de estimular a reflexão e, dessa forma, libertar o indivíduo da situação a qual encontra-se sujeito neste caso, a manipulação.

Cabe mencionar, em segundo plano, quais os interesses atendidos por tal controle de dados. Essa questão ocorre devido ao capitalismo, modelo econômico vigente desde o fim da Guerra Fria, em 1991, o qual estimula o consumo em massa. Nesse âmbito, a tecnologia, aliada aos interesses do capital, também propõe aos usuários da rede produtos que eles acreditam ser personalizados. Partindo desse pressuposto, essa situação corrobora o termo "ilusão da contemporaneidade" defendido pelo filósofo Sartre, já que os cidadãos acreditam estar escolhendo um produto diferenciado mas, na verdade, trata-se de uma manipulação que tem a finalidade de ampliar o consumo.

Infere-se, portanto, que o controle do comportamento dos usuários possui íntima relação com aspectos educacionais e econômicos. Dessa maneira, é imperiosa uma ação do MEC, que deve, por meio da oferta de debates e seminários nas escolas, ensinar os alunos a buscarem informações de fontes confiáveis como artigos científicos e pela checagem de dados, com o fito de estimular o senso crítico e evitar que os estudantes sejam manipulados. Visando ao mesmo objetivo, o MEC pode oferecer a disciplina de educação tecnológica por meio de sua inclusão na Base Comum Curricular, causando um importante impacto na construção da consciência coletiva. Assim, observar-se-ia uma população mais crítica e menos iludida.

GIORDAN, Isabela. 10 modelos de redação nota 1000 do Enem desde 2009. *Revista Quero Bolsa*, out 2019. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/10-modelos-de-redacao-nota-1000-do-enem>. Acesso em: 5 abr 2020.